



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

JOÃO PAULO SILVA DANTAS

SEGURANÇA ESCOLAR E AÇÕES MITIGADORAS: UMA ANÁLISE NO
IFRR/CBVZO

BOA VISTA – RR
2025

JOÃO PAULO SILVA DANTAS

**SEGURANÇA ESCOLAR E AÇÕES MITIGADORAS: UMA ANÁLISE NO
IFRR/CBVZO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Boa Vista, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.

Orientador: Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira.

BOA VISTA – RR

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto Federal de Roraima - IFRR)

D192s Dantas, João Paulo Silva.

Segurança escolar e ações mitigadoras: uma análise do
IFRR/CBVZO / João Paulo Silva Dantas. – Boa Vista, 2025.
105 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira.

Dissertação (mestrado em ProfEPT) - Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Programa de Pós-
Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, *Campus*
Boa Vista, 2025.

Bibliografia: f. 74-80.

1. EPT. 2. Gestão de crises. 3. Manual de segurança. 4.
Prevenção. 5. Produto educacional. I. Oliveira, Hudson do Vale
de. II. Título.

CDD - 373.246

Elaborada por Maria de Fátima Freire de Araújo - CRB 11/374



INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA



JOÃO PAULO SILVA DANTAS

SEGURANÇA ESCOLAR E AÇÕES MITIGADORAS: UMA ANÁLISE NO
IFRR/CBVZO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA**
Data: 14/11/2025 16:52:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – Orientador (ProfEPT/IFRR)

Documento assinado digitalmente
 **DANIELE SAYURI FUJITA FERREIRA**
Data: 15/11/2025 08:33:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Daniele Sayuri Fujita Ferreira - Membro Interno (ProfEPT/IFRR)

Documento assinado digitalmente
 **ANDREA KALIANY DA COSTA LIMA**
Data: 16/11/2025 15:07:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Andrea Kaliany da Costa Lima - Membro Externo (FACEM/UERN)



**INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**



JOÃO PAULO SILVA DANTAS

PRODUTO EDUCACIONAL

MANUAL DE SEGURANÇA DO IFRR / CBVZO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 29 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



HUDSON DO VALE DE OLIVEIRA

Data: 14/11/2025 16:49:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – Orientador (ProfEPT/IFRR)

Documento assinado digitalmente



DANIELE SAYURI FUJITA FERREIRA

Data: 15/11/2025 08:32:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Daniele Sayuri Fujita Ferreira - Membro Interno (ProfEPT/IFRR)

Documento assinado digitalmente



ANDREA KALIANY DA COSTA LIMA

Data: 16/11/2025 15:10:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Andrea Kaliany da Costa Lima - Membro Externo (FACEM/UERN)

DEDICATÓRIA

Aos professores Hudson do Vale de Oliveira e Roseli Bernardo Silva dos Santos, cuja orientação, rigor e generosidade moldaram este caminho. Minha eterna gratidão e respeito.

A Deus, por sustentar meus passos.

À minha esposa, Daniele Maquine, pelo amor, paciência e incentivo diário.

Às minhas filhas, por darem sentido a cada esforço.

À minha mãe, Maria Gorethe Silva Dantas, exemplo de trabalho e perseverança.

Aos servidores e estudantes que emprestaram suas vozes a esta pesquisa.

E a todos que acreditam que a educação pública em Roraima transforma vidas, esta conquista também é de vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela saúde e por sustentar meus passos em todos os momentos.

À minha esposa, Daniele Maquine, companheira de todas as horas, pelo amor, pelas orações, pela paciência nas minhas ausências e pelo incentivo diário que me manteve firme até o fim. Às minhas filhas, fontes de sentido e esperança, por transformarem cansaço em motivação. À minha mãe, Gorethe Dantas, exemplo de trabalho, coragem e perseverança, pela confiança incondicional. Estendo esse agradecimento a toda a família, pelo apoio silencioso e constante.

Ao meu orientador, professor Dr. Hudson do Vale de Oliveira, pela orientação criteriosa, pela escuta atenta, pelo rigor científico e pela confiança depositada neste trabalho. Sua dedicação, disponibilidade e sugestões foram fundamentais para a construção e o amadurecimento desta pesquisa.

Aos(às) professores(as) e servidores(as) do Instituto Federal de Roraima (IFRR), em especial ao corpo docente do mestrado, pelas aulas, leituras, sugestões e pela acolhida acadêmica.

Aos(às) colegas de turma, pelas trocas generosas, pela parceria nas dificuldades e pela celebração das pequenas vitórias ao longo do percurso. À equipe técnica e administrativa que apoiou os trâmites da pesquisa, sempre com presteza.

Meu agradecimento especial aos servidores e estudantes que, com disponibilidade e seriedade, responderam aos questionários e compartilharam suas experiências: sem vocês, este trabalho não existiria. Às gestões das instituições que autorizaram a coleta de dados, pela confiança e pela sensibilidade com a pesquisa educacional.

À banca examinadora, por aceitarem o convite e pelas leituras atentas, críticas e sugestões que aprimoraram a versão final desta dissertação.

Por fim, agradeço a todos(as) que, de algum modo, contribuíram para que este estudo se concretizasse, com uma palavra, uma oração, um gesto de amizade ou um conselho oportuno. A cada um(a), minha sincera gratidão.

“A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo”.

Nelson Mandela

RESUMO

A presente dissertação analisou os possíveis impactos de medidas de segurança que são, ou poderiam ser, implementadas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - *Campus* Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO), a partir da percepção da comunidade acadêmica. Partindo do pressuposto de que a segurança escolar constitui um elemento estruturante da ambiência educacional, a pesquisa investigou como tais medidas interferiam, ou poderiam interferir, na organização espacial do *Campus*, na rotina institucional e na experiência formativa dos estudantes. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica de natureza mista, com utilização de instrumentos quantitativos e qualitativos, incluindo aplicação de questionários, análise documental e observação participante. Os resultados revelaram a existência de ações voltadas à prevenção e ao enfrentamento de riscos, mas também identificaram fragilidades nos protocolos adotados, bem como a necessidade de maior integração entre os setores envolvidos. A partir dos dados coletados e da análise realizada, foi elaborada uma proposta de Manual de Segurança Escolar, contendo ações mitigadoras para fortalecer a cultura de proteção no ambiente educacional. A pesquisa vinculou-se à linha de “Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos da EPT”, mais especificamente ao macroprojeto 6, “Organização de espaços pedagógicos da EPT”, com ênfase na organização espacial e medidas de segurança no IFRR/CBVZO, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas institucionais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: EPT; Gestão de Crises; Manual de Segurança; Prevenção; Produto Educacional.

ABSTRACT

This dissertation analyzed the potential impacts of security measures that are, or could be, implemented at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima - Boa Vista West Campus (IFRR/CBVZO), based on the perception of the academic community. Assuming that school security constitutes a structuring element of the educational environment, the research investigated how such measures interfered, or could interfere, with the spatial organization of the Campus, the institutional routine, and the students' formative experience. To this end, a mixed-methods approach was adopted, using quantitative and qualitative instruments, including questionnaires, document analysis, and participant observation. The results revealed the existence of actions aimed at preventing and addressing risks, but also identified weaknesses in the adopted protocols, as well as the need for greater integration among the sectors involved. Based on the data collected and the analysis performed, a proposal for a School Security Manual was developed, containing mitigating actions to strengthen the culture of protection in the educational environment. The research was linked to the line of research "Organization and Memories of EPT Pedagogical Spaces", more specifically to macro-project 6, "Organization of EPT pedagogical spaces", with emphasis on spatial organization and security measures at IFRR/CBVZO, contributing to the improvement of institutional practices in the field of Professional and Technological Education.

Keywords: EPT; Crisis Management; Safety Manual; Prevention; Educational Product.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CBVZO	<i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFRR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PE	Produto Educacional
ProfEPT	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Objetivos.....	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	A Revolução silenciosa da EPT moldando o Brasil	19
2.1.1	Explorando os princípios que moldam a EPT	24
2.1.2	Desvendando os Fundamentos da EPT	25
2.1.3	O Ensino Médio transformador na EPT: integração e reflexão	28
2.2	Memórias Vivas: a organização dos espaços pedagógicos na EPT	31
2.3	Segurança Escolar em Foco.....	34
2.3.1	IFRR/CBVZO: a segurança escolar na formação integral dos estudantes ...	37
3	PERCURSO METODOLÓGICO	40
3.1	Caracterização da Pesquisa	40
3.2	Sujeitos e local da Pesquisa	40
3.3	Procedimentos e Instrumentos	43
3.3.1	Pesquisa diagnóstica.....	45
3.3.2	Desenvolvimento do Produto Educacional	46
3.4	Tratamento e Análise dos Dados.....	47
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	47
4.1	Aspectos gerais analisados	49
4.2	Percepções dos Estudantes	50
4.3	Percepções dos Servidores	53
4.4	Desenvolvimento do Produto Educacional: Proposta do Manual de Segurança do IFRR/CBVZO	55
4.4.1.	Origem e Justificativa	55
4.4.3	Processo de Produção	57
4.4.4	Integração com os Resultados da Pesquisa	57
5	APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	59
5.1	Metodologia de Aplicação e Validação do Produto Educacional	59

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
7	REFERÊNCIAS.....	74
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	81
	APÊNDICE B - Carta de Anuência para autorização de pesquisa.....	83
	APÊNDICE C - Questionário para Professores e demais Servidores	85
	APÊNDICE D - Questionário para alunos	89
	APÊNDICE E - Avaliação da Proposta de Manual de Segurança Escolar do IFRR/CBVZO	93
	ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP	97

1 INTRODUÇÃO

A segurança escolar é fundamental no contexto educativo, sendo essencial para criar um ambiente adequado para o ensino e o desenvolvimento dos estudantes Abramovay (2015). O impacto mais amplo das medidas de segurança no ambiente escolar vai além das paredes da instituição. Um ambiente escolar seguro não apenas influencia a qualidade da educação, mas também afeta o entorno da escola, moldando a percepção da comunidade local sobre o ensino.

Conforme destaca Bruzi (2021), escolas seguras são vistas como pilares da comunidade, essenciais para o desenvolvimento social e econômico local. Assim, a implementação eficaz de medidas de segurança não apenas protege os indivíduos na escola, mas também fortalece os laços entre a instituição e a comunidade em que está inserida.

O Anuário da Segurança Pública destaca a relevância de um ambiente seguro para o desenvolvimento acadêmico, sublinhando que a segurança no contexto escolar é fundamental para a percepção adequada de situações de violência, o que, por sua vez, é essencial para a formulação de estratégias de respostas mais eficazes (FÓRUM, 2023).

Nessa perspectiva, cabe destacar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) atende uma comunidade acadêmica que requer atenção e cuidados por parte do Estado, especialmente no que diz respeito à segurança. Nota-se que os *Campi* desta instituição de ensino contratam serviços de segurança privada por meio de acordos específicos. Todavia, é fundamental que tal serviço não se restrinja à proteção dos ativos patrimoniais da instituição, mas também esteja capacitado para assegurar a integridade do corpo discente, considerando o que está previsto no seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição pública da administração indireta federal que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima (IFRR, 2019, p. 24).

Nesse contexto, torna-se fundamental que os profissionais encarregados pela

segurança, particularmente no *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), possuam competências em gestão de crises, a fim de enfrentar eventuais situações de risco no ambiente educacional. Diante do exposto, torna-se imperativo realizar uma análise detalhada dos protocolos e contratos firmados entre o IFRR e as empresas encarregadas da segurança privada.

Esta análise visa assegurar a existência de procedimentos eficazes para o manejo de incidentes criminais que possam ocorrer nos limites do *Campus*. Adicionalmente, foi realizada uma consulta prévia com a Diretoria de Administração responsável pela gestão desses contratos, a fim de obter uma compreensão preliminar do ambiente do *Campus*, essencial para a contextualização do estudo proposto.

Buscou-se, portanto, identificar lacunas nas medidas de segurança existentes, propondo soluções eficazes para garantir um ambiente escolar seguro e acolhedor, além de sanar a seguinte questão norteadora: Como as medidas de segurança implementadas no IFRR/CBVZO influenciam a percepção de segurança dos estudantes e afetam sua experiência educacional e organização espacial do *Campus*?

Na linha dessa pergunta, consideramos que, por meio desta pesquisa, foi possível analisar as medidas de segurança implementadas no IFRR/CBVZO e seus reflexos na organização espacial, bem como realizar reflexões que contribuam para sanar o problema da pesquisa e contribuir para esclarecer outras indagações, a saber: a) De que maneira as mudanças na organização espacial influenciam o comportamento e a percepção de segurança dos estudantes, docentes, técnicos-administrativos e funcionários? b) Existe alguma correlação entre as áreas do *Campus* com maiores possibilidades de incidentes de segurança e a organização espacial dessas áreas? c) Houveram desafios enfrentados pelo IFRR/CBVZO durante a implementação de medidas de segurança? e d) Como a comunidade acadêmica percebe as medidas de segurança implementadas e qual é o nível de satisfação com essas medidas?

A pesquisa sobre as medidas de segurança atualmente implementadas no IFRR/CBVZO pode revelar a presença de políticas e de protocolos específicos destinados a garantir a segurança da comunidade acadêmica, bem como a existência de planejamento estratégico para a implementação dessas medidas.

Pode-se constatar, ainda, significativa percepção da comunidade acadêmica em relação às medidas de segurança implementadas, assim como, um alto nível de satisfação com essas medidas, resultando em um ambiente mais propício ao aprendizado e à participação ativa nas atividades acadêmicas. Por outro lado, a referida pesquisa poderá expor lacunas nas medidas de segurança existentes, evidenciando a necessidade de revisão e de aprimoramento das políticas e práticas atuais, com o objetivo de melhor atender e proteger a comunidade do IFRR/CBVZO.

Destaca-se que este estudo está vinculado à linha de pesquisa 2, que trata da “Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica” (EPT), pois trata-se de uma investigação quanto à segurança propiciada pelo IFRR/CBVZO ao público atendido pelo estabelecimento de ensino, contribuindo para a formulação de estratégias efetivas que fomentem ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos, que favoreçam o crescimento pessoal e profissional dos sujeitos.

Ademais, ressalta-se que o estudo em questão está em consonância com os propósitos do ProfEPT e alinhado ao Macroprojeto 6, que trata da “Organização de espaços pedagógicos da EPT”, com ênfase na organização espacial e medidas de segurança no IFRR/CBVZO, em consonância com os objetivos do macroprojeto de otimizar espaços pedagógicos para segurança e aprendizagem eficaz. A compreensão da percepção dos estudantes sobre segurança e o desenvolvimento de um manual de segurança destacam a importância de ambientes educacionais seguros, promovendo o crescimento pessoal e profissional à luz das metas da EPT.

A relevância social do problema a ser investigado nesta pesquisa reside na preocupação crescente com a segurança no ambiente escolar e, mais especificamente, nas instituições de EPT, como o IFRR/CBVZO. A segurança nas escolas é um tema de grande interesse para a sociedade, pois está diretamente relacionada à proteção e ao bem-estar dos estudantes, docentes e demais membros da comunidade escolar. Conforme destaca Abramovay (2003), segurança escolar é um fator fundamental para garantir um ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou contribuir para a compreensão dos desafios e dos impactos da implementação de medidas de segurança no IFRR/CBVZO. Pontua-se que a importância deste estudo está relacionada à necessidade de promover um ambiente educacional seguro, que permita o pleno

desenvolvimento das atividades acadêmicas, a formação de cidadãos preparados para os desafios da sociedade contemporânea e a redução de incidentes que afetam a segurança dos estudantes.

A Lei nº 13.663/2018 (Brasil, 2018), além de um esforço da União, também representa um avanço significativo na perspectiva da promoção de um ambiente escolar seguro e pacífico, mediante a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência. Essa medida legislativa reforça a responsabilidade das instituições de ensino em criar um ambiente propício para o aprendizado, livre de violência e intimidação.

Além da prevenção da violência, ressalta-se que a promoção da cultura de paz ultrapassa essa prevenção, envolvendo a criação de um ambiente escolar que valorize o respeito mútuo, a tolerância e a convivência harmoniosa. Assim, as escolas têm à disposição uma lei específica a fim de implementar políticas e práticas que combatam esses problemas e promovam um ambiente de aprendizado seguro e acolhedor para todos os estudantes.

Nesta acepção, ao identificar os desafios enfrentados na implementação de medidas de segurança no IFRR/CBVZO, buscou-se também fornecer informações a serem aplicadas nessa instituição e em outros *Campi* de instituições de ensino técnico e tecnológico. Além disso, a pesquisa em tela contribui para o avanço da teoria relacionada à segurança escolar, enriquecendo o campo da educação com novas perspectivas e abordagens, como ressalta o Decreto nº 11.469, de 5 de abril de 2023, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para propor políticas de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas (Brasil, 2023).

Tal grupo, também, é o responsável por fomentar a discussão a respeito da temática, além de propor as medidas que visam prevenir a violência no âmbito escolar. É composto por representantes de diversos ministérios, incluindo Educação, Justiça e Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, Comunicações, Saúde, Cultura, Esporte e a Secretaria Nacional de Juventude.

O referido decreto também prevê a instituição de um programa de apoio à constituição e à capacitação de rondas escolares e órgãos similares, no âmbito das polícias estaduais e das guardas municipais, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2023). Este é um passo importante para a prevenção e o

enfrentamento da violência nas escolas, contribuindo para a segurança e o bem-estar dos estudantes. Neste sentido, Carvalho (2021, p. 17) pontua:

A violência escolar está presente em todos os níveis e modalidades de ensino. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não é diferente. Casos de violência nos Institutos Federais (IF's), que integram a Rede Federal de EPT, têm sido divulgados na mídia, nas redes sociais e em pesquisas sobre o tema (Carvalho, 2021, p. 17).

Desta forma, embora haja uma conscientização crescente sobre a importância da segurança escolar, ainda existe uma lacuna no que diz respeito ao contexto específico das instituições de ensino técnico e tecnológico. O autor, ainda, ressalta que:

Apesar da visibilidade adquirida pela violência escolar no meio acadêmico e na mídia nas últimas décadas, há uma demanda de estudos amplos, de natureza quantitativa, para um melhor entendimento do fenômeno no contexto escolar brasileiro, com dados como frequência, perfil das vítimas e agressores, características das escolas, tipos de atos violentos etc. (Carvalho, 2021, p. 15).

Assim, esta pesquisa também contribui para ampliar os dados e os debates acerca da temática, com um olhar específico para o IFRR/CBVZO, possibilitando reflexões acerca da segurança privada que tem sido adotada no referido *Campus*, uma vez que pode ser possível fazer inferências a partir dos dados que foram coletados na pesquisa de campo.

Adicionamos ao rol de justificativas para a realização deste estudo, a apresentação de sugestões relacionadas às possíveis modificações no âmbito da realidade estudada. Assim, por meio das análises sobre as medidas de segurança implementadas e de sua relação com a organização espacial do *Campus*, foi possível identificar áreas que podem ser aprimoradas e políticas que podem ser adaptadas para proporcionar um ambiente mais seguro e adequado ao processo educacional. Nesse ínterim, Carvalho (2021, p. 16) pontua que:

Mesmo inserido em uma instituição de ensino público federal, com condições favoráveis de pessoal e infraestrutura, observo que há muito a se fazer no que se refere ao enfrentamento da violência escolar. As iniciativas existentes (campanhas, cursos, eventos, projetos etc.) ainda são pontuais e pouco articuladas entre si, o que compromete a efetividade das ações (Carvalho, 2021, p. 16).

Desta forma, a realização desta pesquisa justificou-se pela relevância social do problema, pelas contribuições potenciais, pelo estágio atual do conhecimento e pela possibilidade de impactar positivamente a realidade do IFRR/CBVZO e do campo da segurança escolar como um todo.

1.1 Objetivos

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os possíveis impactos de medidas de segurança que são, ou poderiam ser, implementadas no IFRR/CBVZO a partir das percepções dos estudantes do curso Técnico em Administração, modalidade subsequente ao Ensino Médio, e servidores.

Para alcançar o objetivo geral, foram definidos quatro objetivos específicos. Primeiro, identificar as medidas de segurança atualmente implementadas no IFRR/CBVZO, incluindo políticas, protocolos e infraestrutura. Em seguida, mapear e refletir sobre a percepção dos estudantes em relação à segurança no CBVZO, destacando como isso afeta a experiência formativa.

Por conseguinte, analisar como as medidas de segurança influenciam a organização espacial do CBVZO e sua relação com os objetivos de aprendizagem. E, finalmente, produzir, aplicar e avaliar um Manual de segurança escolar contendo ações mitigadoras de prevenção de ataques criminosos no ambiente escolar, visando promover um ambiente mais seguro e propício ao aprendizado.

Por fim, estabeleceu-se como objetivo produzir, aplicar e avaliar um Manual de Segurança Escolar contendo ações mitigadoras de prevenção de ataques criminosos no ambiente escolar, visando promover um ambiente mais seguro e propício ao aprendizado.

Esse manual foi pensado como um instrumento prático, construído com base no diálogo com estudantes e servidores, articulando recomendações de conduta, orientações para situações de emergência, sugestões de formação continuada e propostas de envolvimento da comunidade externa. Além disso, a avaliação do material considerou a sua clareza, aplicabilidade e aderência à realidade do IFRR/CBVZO, com vistas a subsidiar futuras revisões, institucionalização de protocolos e possíveis replicações em outros campi e instituições de ensino que enfrentam desafios semelhantes no campo da segurança escolar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A segurança escolar, conforme discutida por Carvalho e Pinho (2012), é entendida como um direito social fundamental, enraizado em princípios históricos, jurídicos e filosóficos, e garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Este direito à segurança é crucial no ambiente escolar, onde deve ser promovido e protegido para assegurar um espaço de aprendizado seguro e propício ao desenvolvimento educacional e pessoal de todos os envolvidos. Desta forma, os autores destacam:

Assim, percebe-se que cada cidadão que compõe a comunidade escolar, inscrito num Estado Democrático de Direito e amparado pelo Direito Social à segurança, deve ter as condições necessárias para estar seguro no ambiente escolar, ficando essa responsabilidade por conta do Estado e de toda a sociedade. Segurança é direito e responsabilidade de todos, a responsabilidade da efetiva construção de um espaço escolar seguro para a construção educacional (Carvalho; Pinho, 2012, p. 11).

No contexto escolar, a segurança transcende a mera proteção física. Ela abrange a proteção contra violências física, psicológica e estrutural, criando um ambiente onde estudantes, professores e funcionários possam operar livre de ameaças e medos. Conforme os autores, a responsabilidade pela segurança escolar é compartilhada entre o Estado e a sociedade, exigindo políticas ativas e intervenções que promovam a segurança e previnam a violência.

Diante do exposto, este capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a segurança no contexto escolar. O capítulo está estruturado em três seções principais: inicialmente, discorre sobre a Revolução Silenciosa da EPT moldando o Brasil. Posteriormente, aborda a implementação de políticas públicas voltadas para a segurança nas escolas. E, finaliza abordando a avaliação dos impactos dessas políticas, onde é realizada uma discussão sobre os resultados e desafios enfrentados pela instituição onde o estudo foi realizado.

2.1 A Revolução silenciosa da EPT moldando o Brasil

A história da EPT no Brasil remonta ao período colonial, quando foram criadas as primeiras escolas de fábricas, destinadas a formar mestres de ofícios e artesãos. Com o passar dos anos foi se desenvolvendo, especialmente após a Independência do Brasil, em 1822.

Vieira Lopes (2019) destaca que um marco importante para a educação profissional no Brasil ocorreu em 1909, com a criação do ensino técnico nas escolas industriais e artesanais que, posteriormente, se transformaram em escolas técnicas federais. Na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, unificou-se as escolas técnicas e profissionalizantes.

Com a Constituição Federal de 1988, o ensino profissionalizante passou a ser considerado um dos níveis da educação brasileira, ao lado do ensino básico e superior (Brasil, 1988). A partir desse momento, foram criadas diversas iniciativas para a formação técnica e profissional, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), os Institutos Federais (IFs) e as Escolas Técnicas Estaduais (Pacheco, 2011).

A EPT no Brasil apresenta-se como uma modalidade de ensino em constante evolução, tendo como principais objetivos a formação de profissionais qualificados com base nas demandas do mundo do trabalho e a promoção da inclusão social. Ainda conforme o autor (Vieira Lopes, 2019), com o advento da tecnologia e da transformação digital, a qualificação de profissionais em diversas áreas tornou-se ainda mais primordial para o crescimento econômico e desenvolvimento social do país.

Assim, a EPT brasileira segue em constante evolução e adaptação às novas necessidades do mundo do trabalho, proporcionando formação de qualidade e oportunidades de emprego para milhares de brasileiros em todo o país, conforme ressalta Pacheco (2011). A segurança na EPT vai além da proteção física dos estudantes, englobando a criação de um ambiente que favorece o desenvolvimento de competências, habilidades e valores éticos necessários no mundo do trabalho.

Carvalho e Pinho (2012) destacam que a segurança na EPT não deve se restringir apenas à prevenção de violência, mas também à implementação de condições adequadas para uma formação profissional robusta, que esteja alinhada às exigências do mundo do trabalho e às inovações tecnológicas. Isso inclui a manutenção de infraestrutura adequada e o investimento em qualificação docente e atualização curricular.

Além disso, os autores enfatizam que a segurança deve ser um esforço coletivo, envolvendo instituições de ensino, o poder público, empresas e a sociedade em geral, estabelecendo corresponsabilidades para o sucesso da EPT na formação

de profissionais competentes e éticos, comprometidos com o desenvolvimento sustentável do país.

Os desafios sociais, como desigualdade econômica e exclusão social, são reconhecidos por Carvalho e Pinho (2012) como fontes significativas de violência e insegurança, que podem afetar negativamente o ambiente escolar e a segurança dos estudantes. A segurança na EPT também está intrinsecamente ligada à capacidade de diálogo e comunicação dentro da comunidade educativa.

Nessa perspectiva, Oliveira *et al.* (2020) ressaltam que a EPT tem um papel importante na promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades, oferecendo uma alternativa de formação para aqueles que não têm acesso à educação, possibilitando a inserção no mundo do trabalho e o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais. Isso contribui para reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Ademais, Oliveira *et al.* (2020, p. 11) pontuam:

A EPT é uma fonte rica para pesquisas variadas, abordadas por teorias e metodologias diversificadas. Essas pesquisas podem focar em aspectos sociofilosóficos, institucionais, ou nas relações entre trabalho e educação, com perspectivas histórico-críticas (Oliveira *et al.*, 2020, p. 11).

No mesmo sentido, os IFs desempenham um papel crucial na implementação da EPT no Brasil. Eles são instituições pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de EPT em todos os seus níveis e formas. Através do ensino, pesquisa e extensão, os IFs oferecem uma formação humana integral a seus estudantes, alinhando-se perfeitamente com a visão de EPT apresentada por Oliveira *et al.* (2020).

Desta forma, criados em 2008, os IFs representam um marco na história da EPT no Brasil ao surgir em um contexto de desenvolvimento e distribuição de renda, proporcionando acesso menos desigual à educação em todos os níveis. A criação dos IFs demonstra a preocupação e o envolvimento do Estado como agente propositor de políticas para a EPT e o desenvolvimento regional.

A concepção dos IFs, conforme Moura (2007), recusa a dualidade histórica da EPT no Brasil, buscando uma formação holística e flexível, voltada mais para o mundo do trabalho e menos para a formação de ofícios. Isso se alinha com a visão de Castro *et al.* (2023) sobre a geopolítica e geografia política do processo histórico

da EPT no Brasil. Segundo os autores, os IFs contribuem para a inserção do país na revolução técnica, científica e informacional, iniciada no pós Segunda Guerra.

Em conformidade com o preconizado por Moura (2007), a filosofia dos IFs rejeita a bifurcação que historicamente marcou a Educação Profissional no Brasil, aspirando a um ensino integrado e adaptável, mais orientado para o universo laboral e menos para a instrução de profissões. A educação integral, combinando capacitação profissional e conhecimento acadêmico, deve ser a base para a elaboração dos currículos e dos percursos formativos. Sobre a dualidade citada, Moura (2007, p. 5) salienta:

A relação entre a educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso (Moura, 2007, p. 5).

Em contraposição à visão dualista, os IFs têm como missão formar indivíduos capazes de atuar na sociedade de maneira crítica e criativa. Nesse contexto, a integração de projetos de ensino, pesquisa e extensão pode ser um objetivo a ser buscado para a realização do ideal de integração e formação omnilateral, que fundamenta a criação dos IFs. Essa perspectiva enfatiza a importância das políticas públicas e programas voltados para o fortalecimento da EPT. Nesse cenário de formação fragmentada que os IFs buscam superar, Moura (2007, p. 12) destaca:

Nos sistemas estaduais de ensino, a profissionalização compulsória foi amplamente problemática e não foi completamente implantada. Primeiramente, porque a concepção curricular, que emanava da Lei, empobrecia a formação geral do estudante em favor de uma profissionalização instrumental para o 'mercado de trabalho', sob a alegação da importância da relação entre teoria e prática para a formação integral do cidadão (Moura, 2007, p. 12).

Assim, em meio ao cenário de formação fragmentada que os IFs buscam superar, a EPT desempenha um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e na promoção da igualdade de oportunidades. No entanto, para que a EPT seja eficiente, é necessário investir em um ambiente escolar seguro que transmita a sensação de segurança a todos que utilizam os *Campi* dos IFs.

Nesta perspectiva, o IFRR/CBVZO, como qualquer outra instituição educacional, não está imune aos desafios apresentados por um cotidiano escolar permeado por ameaças, brigas, xingamentos e apelidos ofensivos. Conforme ressalta Silva (2020), essas situações tendem a banalizar e fragilizar as relações, questionando a legitimidade da instituição como um espaço de socialização e busca do conhecimento.

Nesse contexto, Yamasaki (2007) ressalta que os atos e episódios de violência são carregados de intencionalidades e, como construções humanas, implicam dimensões objetivas e subjetivas da realidade vivida por homens e mulheres. Portanto, é imperioso reconhecer a importância da segurança no combate à violência no âmbito escolar. Um ambiente seguro não só promove a aprendizagem, mas também fortalece as relações interpessoais e a socialização.

A violência, carregada de intencionalidades, como aponta Yamasaki (2007), fragiliza essas relações e desmotiva os estudantes. Portanto, investir em segurança é fundamental para preservar o ambiente de conhecimento e de crescimento que o IFRR/CBVZO representa. Ainda sobre violência no âmbito escolar, o autor enfatiza:

Os estudos que tematizam a violência na escola indicam a presença de dimensões objetivas (materiais e físicas) e subjetivas (simbólicas), que devem ser consideradas na análise e reflexão sobre esse fenômeno social. A meu ver, as práticas de violência abrangem aspectos internos (sala de aula, relação professor-aluno e aluno-aluno) e externos à escola (contexto sócio-econômico das comunidades e escolas, políticas educacionais e sociais, em geral) (Yamasaki, 2007, p. 84).

Nota-se que a violência escolar, com suas dimensões objetivas e subjetivas, representa um fenômeno complexo que impacta não apenas a comunidade escolar, mas toda a sociedade. O IFRR/CBVZO, como instituição de ensino, possui o compromisso de assegurar um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes e usuários dos serviços oferecidos pela instituição. Contudo, é relevante destacar que, no âmbito da EPT, observa-se o que aqui se denomina de uma “revolução silenciosa”, que vem alterando a forma como os desafios educacionais são abordados, incluindo a questão da violência escolar. Essa revolução está alterando a forma como os desafios educacionais são abordados, incluindo a questão da violência escolar.

Assim, ao abordar a violência escolar, é essencial considerar as oportunidades que essa revolução na EPT apresenta. A integração dessas novas abordagens e tecnologias nas estratégias de prevenção e combate à violência escolar pode não apenas resolver os problemas existentes, mas também contribuir para a criação de um ambiente de aprendizado que favoreça verdadeiramente o crescimento e desenvolvimento de todos os estudantes.

Portanto, a construção de um ambiente seguro na EPT exige medidas abrangentes que considerem tanto a dimensão individual dos estudantes quanto às influências do contexto social, políticas públicas e relações interpessoais no ambiente escolar. Segundo Carvalho e Pinho (2012), apenas através de uma abordagem sistêmica será possível consolidar uma EPT segura e eficaz, propícia à formação de profissionais éticos e competentes, essenciais para o progresso da sociedade.

Em síntese, a violência escolar é um desafio que requer nossa atenção constante. Não obstante, com a revolução silenciosa na EPT, temos as ferramentas e estratégias necessárias para enfrentar este desafio de maneira eficaz. Juntos, podemos construir um ambiente de aprendizado seguro, inclusivo e eficaz para todos.

2.1.1 Explorando os princípios que moldam a EPT

A EPT constitui um pilar fundamental na formação integral do estudante, almejando não apenas a capacitação técnica, mas também o desenvolvimento de valores éticos e políticos alinhados com os princípios da Educação Nacional. A EPT é norteada por princípios definidos no Capítulo 2, artigo 3º, da Resolução 1/21 do CNE/CP. Os 18 princípios norteadores guiam a implementação de políticas públicas que têm o trabalho como princípio educativo e base da articulação curricular, integrando educação, prática social e setores produtivos do país.

Um dos princípios centrais da EPT é o reconhecimento do trabalho como princípio educativo, onde a educação deve estar intrinsecamente ligada à realidade laboral, científica, tecnológica e cultural, formando uma base sólida para o desenvolvimento das propostas político-pedagógicas e dos currículos. A integração do trabalho na educação favorece a formação de profissionais qualificados que são

capazes de contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios onde atuam.

Além disso, a pesquisa como princípio pedagógico enfatiza a importância da produção de conhecimento e da capacidade de intervenção social. Essa abordagem propõe que os estudantes não apenas absorvam conhecimento, mas também se envolvam ativamente na investigação e na solução de problemas concretos, o que amplia sua compreensão e aplicação prática dos conceitos aprendidos.

A interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica é também uma exigência para a EPT, que busca superar a fragmentação do saber por meio da criação de pontes entre diferentes disciplinas. Este enfoque não apenas enriquece a experiência educativa, mas também prepara os estudantes para enfrentar desafios complexos e multifacetados no mundo profissional.

Por fim, a autonomia das instituições educacionais na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão de seus Projetos Políticos Pedagógicos é fundamental para a adaptação e inovação contínuas dos programas de EPT. Esta autonomia permite que as instituições respondam de maneira eficaz às mudanças tecnológicas e às demandas do mundo do trabalho, garantindo assim a relevância e a eficácia da educação técnica.

Em resumo, a EPT, conforme orientada pelo Parecer 6.936.717 - CNE/2021, é uma abordagem educacional rica e multifacetada, que não apenas prepara os estudantes para o mundo do trabalho, mas também os molda como cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Os princípios da EPT são especialmente relevantes quando consideramos o tema desta dissertação: a segurança escolar.

A implementação de medidas de segurança efetivas e eficazes exige uma compreensão aprofundada dos princípios da EPT. É através da educação que podemos cultivar um ambiente escolar seguro e acolhedor para todos os estudantes, sendo propício ao aprendizado e ao desenvolvimento dos estudantes.

2.1.2 Desvendando os Fundamentos da EPT

A EPT no Brasil é uma modalidade educacional que se destaca por sua abordagem prática, voltada para a formação de profissionais capacitados e aptos a atender às demandas do mundo do trabalho em constante evolução (Pereira, 2012). Para compreender essas bases conceituais, é essencial explorar as contribuições de autores como Ramos, Saviani, Frigotto e outros.

Conforme Frigotto (2012), o termo politecnia, utilizado por Marx, refere-se à ciência da técnica, também conhecida como Educação Tecnológica, que consiste na integração entre teoria e prática.

No que diz respeito à concepção de currículo, Ciavatta (2005) e Ramos (2014) argumentam que ele deve ser concebido como uma interação entre as partes e o todo na construção do conhecimento em todas as disciplinas e atividades escolares. Isso nos leva a entender o conhecimento como uma aquisição intelectual que permite compreender e representar as relações com a realidade. O currículo escolar, formalmente, seleciona esses conhecimentos para que os estudantes possam assimilá-los em sua especificidade conceitual.

A educação integral visa à formação cidadã antes da formação profissional, capacitando o indivíduo a compreender seu papel no processo produtivo e nas relações sociais, buscando a integração entre teoria e prática na formação de profissionais críticos. Esses profissionais, além de desenvolverem o trabalho como um princípio educativo, buscam melhorias para todos (Pacheco, 2015).

A formação omnilateral, um conceito que se origina do latim e significa "todos os lados ou dimensões", é um processo que busca desenvolver todas as habilidades e conhecimentos necessários para que o indivíduo se torne mais completo e realizado em todas as áreas da vida (Frigotto, 2012). Essa abordagem de formação considera a importância de estimular tanto a inteligência quanto a sensibilidade emocional e o aspecto físico do indivíduo, permitindo a ele um desenvolvimento mais amplo e equilibrado.

No Brasil, a dicotomia do ensino integrado tem sido alvo de debates, pois alinhar a teoria e a prática educacional docente é um desafio que tende a gerar uma prática tradicional. A proposta dos IFs se contrapõe a esse pensamento e defende a participação conjunta de professores e estudantes no processo educacional. Para isso, é necessário considerar também os espaços pedagógicos utilizados para promover a formação integral dos estudantes, levando em conta as perspectivas

educacionais, que podem ser identificadas como formais e não formais, dependendo do ambiente em que ocorre o processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Ciavatta (2005), a educação integrada é a união da educação geral com a profissional, abrangendo todas as áreas onde haja preparação para o trabalho. Portanto, a educação integrada se apresenta como uma forma de organização do ensino profissional baseada na EPT e busca atender à necessidade de uma educação estimulante e comprometida com a sociedade e com a formação geral do educando, conforme almejado no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR (IFRR, 2019).

Considerando a educação como uma totalidade social, são as múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada, a educação geral se torna parte indissociável da Educação Profissional em todos os campos onde ocorre a preparação para o trabalho (Frigotto; Ciavatta, 2012). Portanto, é importante ressaltar que devem ser observadas as dimensões que orientam tanto a formação para o trabalho quanto a formação educacional do indivíduo, vislumbrando a interculturalidade do ser humano, que se apresenta como o centro de todo o processo formativo que estabelece o aprender e o praticar.

O trabalho expressa a emancipação do ser humano, sendo o meio pelo qual ele se relaciona com a natureza e se socializa com outras pessoas. Nesse sentido, Frigotto (2012) afirma que o trabalho transforma o homem, que se adapta criando e recriando sua própria existência. De maneira mais específica, formar para o trabalho significa compreender a produção de vida dentro do contexto capitalista e criticar as formas alienadas de trabalho. Isso envolve dominar as formas mais avançadas de conhecimento e tecnologia para transformar as condições de produção e, conseqüentemente, a sociedade (Della Fonte, 2018).

Segundo Saviani (2007), Ramos (2014), Ciavatta e Frigotto (2012), a educação deve ser entendida como base para a formação humana integral, considerando o trabalho não apenas como um direito fundamental, mas também como um dever social. É essencial para a produção dos bens materiais e culturais necessários à vida humana, permitindo que cada indivíduo contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Nesse contexto, a educação integral transcende a simples preparação para o mundo do trabalho ao promover o desenvolvimento de capacidades críticas e criativas, permitindo aos indivíduos compreender e transformar a realidade em que vivem. A formação integrada, portanto, deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico que envolve múltiplas dimensões do ser humano, incluindo o desenvolvimento intelectual, emocional, social, físico e cultural.

A modalidade de Ensino Médio Integrado (EMI), encontra-se inserida na LDB, como a modalidade de ensino que visa proporcionar uma formação para o estudante exercer uma profissão de nível técnico. Assim temos, nos termos do inciso I, do artigo 36-C, da LDB: “oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio” (Brasil, 1996, n.p).

Para além das considerações apresentadas anteriormente acerca das conexões entre os princípios da EPT com a temática desta dissertação (segurança escolar), ressalta-se que a EPT também pode desempenhar um papel crucial na resposta à violência escolar. Dessa forma, através de programas de formação e sensibilização, podemos ensinar aos estudantes como responder de forma adequada e eficaz a situações de violência. Também podemos usar a EPT para formar profissionais de segurança escolar, que serão capazes de proteger os estudantes e os demais indivíduos que fazem parte da comunidade escolar.

2.1.3 O Ensino Médio transformador na EPT: integração e reflexão

O EMI representa uma concretização dos princípios fundamentais da EPT, conforme articulado por Ciavatta (2014). Essa modalidade educacional é projetada para uma integração efetiva entre o conhecimento técnico-profissional e a educação acadêmica tradicional, visando equipar os estudantes com as competências necessárias para enfrentar os desafios do mundo do trabalho contemporâneo e participar ativamente na sociedade.

A implementação do EMI, dentro do contexto da EPT, exemplifica uma abordagem inovadora ao combinar o currículo tradicional do ensino médio com uma formação técnica robusta. Essa integração permite que os estudantes adquiram uma base acadêmica sólida enquanto desenvolvem habilidades técnicas específicas,

preparando-os não apenas para o emprego imediato, mas também para um aprendizado contínuo ao longo da vida.

Além de atender às demandas do mundo do trabalho, o EMI tem como objetivo fomentar a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de refletir sobre suas práticas e o contexto em que estão inseridos. Esta visão educacional alinha-se com a proposta de Ciavatta (2014) de uma escola unitária, que não só prepara os estudantes para o trabalho, mas também os capacita a transformar as condições em que essa necessidade de formação profissional é constituída.

A necessidade de reconhecimento legal da formação profissional no ensino médio, como apontado por Ciavatta (2005), é um desafio ético-político que transcende a mera oferta de qualificação técnica. A educação, sob uma base unitária, implica garantir que todos os estudantes, independentemente de suas origens, tenham acesso a uma formação de qualidade que integre aspectos técnicos e acadêmicos. Esta abordagem é essencial para a transição para uma educação politécnica e omnilateral, que é o ideal da escola unitária.

O EMI, portanto, não é apenas uma resposta às necessidades imediatas do mercado, mas uma estratégia pedagógica que busca transformar a realidade educacional e social. A flexibilidade e adaptabilidade do EMI, que permite sua implementação em diversos contextos locais e em diferentes áreas de atuação como saúde, tecnologia da informação e meio ambiente, são fundamentais para atender às dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas.

Portanto, o ensino integrado, conforme articulado por Ciavatta (2014), é um modelo educacional que encarna os ideais de uma educação que é simultaneamente prática e reflexiva, técnica e acadêmica, preparando os estudantes não apenas para o trabalho, mas também para uma participação consciente e ativa na vida cívica e profissional. Esta abordagem holística é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa, alinhada com os princípios da educação politécnica e omnilateral. Com relação ao ensino integrado, Araújo e Frigotto (2015, p. 63) ressaltam:

Assumimos o ensino integrado como proposta não apenas para o ensino profissional. O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos

sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente. (Araújo; Frigotto, 2015, p. 63).

Uma das principais vantagens dessa modalidade de ensino é a possibilidade de os estudantes aprenderem de forma prática e aplicada, através de projetos e atividades que permitem a integração das disciplinas do currículo comum com a formação técnica. Isso contribui para que os estudantes desenvolvam habilidades e competências importantes para o mundo do trabalho, como o trabalho em equipe, a comunicação, a resolução de problemas e a criatividade.

Outro benefício do ensino integrado é que ele possibilita que os estudantes tenham uma visão mais ampla sobre as possibilidades de carreira e de sucesso profissional, já que a formação técnica é complementada pela formação acadêmica. Desse modo, o estudante tende a possuir uma base sólida, que lhe permite escolher com mais segurança a sua área de atuação. Nessa perspectiva, Araújo e Frigotto (2015, p. 74) enfatizam que:

A autonomia, condição desejável pelo ensino integrado, é aqui entendida como capacidade de os indivíduos compreenderem a sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social, intervindo na mesma conforme as suas condições objetivas e subjetivas. Em outras palavras, reconhecendo-se como produto da história, mas também como sujeito de sua história (Araújo; Frigotto, 2015, p. 74).

Assim sendo, o ensino integrado representa uma importante inovação na forma de ensino do país, pois possibilita a formação de um cidadão capaz de atuar tanto no mundo do trabalho como na sociedade como um todo. Com uma formação sólida e integrada, os estudantes têm a possibilidade de construir um futuro de sucesso em suas carreiras, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Contudo, é importante ressaltar que, embora o Ensino Médio Integrado (EMI) seja amplamente reconhecido como paradigma de integração e transformação da Educação Profissional e Tecnológica, não se pode negligenciar a relevância da modalidade subsequente, que constitui o foco deste estudo. Como destacam Frigotto e Ciavatta (2005), a luta por uma formação omnilateral não deve restringir-se apenas ao EMI, mas precisa abarcar também outras modalidades da EPT, ainda que apresentem limites estruturais distintos.

O subsequente, por sua natureza, atende a um público que já concluiu o Ensino Médio e que busca a formação técnica como possibilidade de inserção ou

reinserção no mundo do trabalho. Nesse contexto, a integração entre formação geral e profissional não se dá de forma orgânica, como no EMI, mas isso não significa que tal modalidade deva restringir-se a uma visão estritamente tecnicista. Ao contrário, conforme defende Freire (1996, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Assim, cabe pensar o subsequente como espaço de formação crítica e emancipadora, capaz de articular saberes técnicos às dimensões sociais, culturais e políticas da vida em sociedade.

Embora as condições institucionais e curriculares do subsequente limitem uma integração plena, ainda é possível orientar sua prática pedagógica pelos princípios da escola unitária, defendida por Ciavatta (2014), e pela educação transformadora proposta por Paulo Freire. Isso implica reconhecer que a formação profissional não deve reduzir-se a uma qualificação instrumental, mas sim constituir-se em oportunidade de ampliar horizontes, fortalecer a autonomia dos sujeitos e promover a cidadania crítica.

Portanto, ao lado do EMI, o subsequente deve ser compreendido como parte essencial da EPT, trazendo consigo o desafio de construir novos caminhos de integração que, ainda que parciais, se aproximem do ideal de uma educação politécnica, omnilateral e emancipadora.

2.2 Memórias Vivas: a organização dos espaços pedagógicos na EPT

Os espaços pedagógicos são elementos importantes na EPT e na formação de profissionais aptos para o mundo do trabalho; portanto, é crucial considerar a evolução do conhecimento e como ele tem sido historicamente um recurso de poder das elites, incluindo filósofos, sábios e líderes religiosos. Na Europa, à medida que o aprendizado tradicional se desvanecia e o controle do conhecimento pelas corporações de artes e ofícios diminuía, surgiram escolas que se estendiam aos trabalhadores produtivos (Ciavatta, 2005).

A pesquisa proposta para o campo das instituições abrange uma ampla gama de tópicos, desde a compreensão das estruturas até as culturas que as envolvem, impactando assim o exercício diário da educação e o futuro da aprendizagem. Nesse ínterim, Oliveira *et al.* (2020, p. 50) enfatizam:

A proposição de pesquisa para o campo das instituições é ampla e diversa. Ela tangencia desde o entendimento das estruturas até das culturas que as permeiam. Assim, mais do que permitir que se descortinasse uma nova realidade para a História da Educação, ela também podia influir no exercício cotidiano escolar, no tempo presente (Oliveira *et al.*, 2020, p. 50).

Nessa mesma linha de raciocínio, Ciavatta (2005) ressalta a importância de uma infraestrutura física adequada para o desenvolvimento das atividades educacionais na EPT. Para alcançar os objetivos educacionais, são necessários investimentos intelectuais, morais e financeiros, uma gestão eficiente de todo o processo e o envolvimento de estudantes e professores em um horizonte comum.

Sendo assim, os espaços pedagógicos são essenciais para a aprendizagem prática e teórica, adaptando-se às necessidades de cada curso. As experiências obtidas nesses ambientes influenciam a construção da identidade individual e coletiva, que é um processo contínuo e dinâmico, influenciado pelas vivências e relações sociais. Este processo é profundamente ligado à cultura e história do local, sendo considerado um "lugar de memória", conforme descrito por Ciavatta (2005).

As memórias formadas no contexto escolar são cruciais para o desenvolvimento da identidade pessoal, auxiliando na compreensão de habilidades, paixões e objetivos de vida, além de orientar decisões acadêmicas e profissionais. Nesse contexto, Candau (2012) destaca a importância da memória, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos, etc.).

No entanto, as memórias não se limitam ao âmbito individual, mas são essenciais na construção da identidade coletiva. Elas fomentam um senso de comunidade e pertencimento, reforçando as conexões entre os estudantes e a instituição. Dessa forma, a formação de uma identidade coletiva pode emergir das memórias que criamos, particularmente no contexto em que estamos inseridos.

Conforme Beatriz Sarlo (2007) destaca, a narração das experiências vividas é profundamente vinculada ao corpo e à voz do indivíduo, marcando a sua presença autêntica nos eventos passados. Não existe testemunho sem que haja experiência prévia, assim como não há experiência sem a sua subsequente narração. A linguagem desempenha um papel crucial ao liberar a dimensão silenciosa da

experiência, redimindo-a tanto de seu caráter imediato quanto de seu potencial esquecimento, e a converte em algo comunicável e partilhável. Sarlo (2007, p. 24) ainda assevera:

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (Sarlo, 2007, p. 24).

Consequentemente, entende-se que as memórias criadas ao longo da vida refletem a identidade de cada indivíduo, sendo registros de experiências individuais e coletivas que contribuem para a formação da autoimagem e da percepção de lugar no mundo. Estas memórias influenciam a identidade, moldando a percepção de si e do papel no contexto global.

No caso específico do CBVZO, as memórias ultrapassam a função de meros registros de eventos passados. Constituem uma parte essencial da identidade e exercem um papel crucial na formação das trajetórias acadêmica e profissional. Contribuem para a compreensão do papel de cada um na sociedade e na definição das aspirações educacionais para futuras gerações. Além disso, reforçam a importância do ambiente escolar na construção da identidade e no potencial de desenvolvimento individual.

Essas vivências memoráveis, sejam elas relacionadas a conquistas acadêmicas, interações sociais ou superação de desafios, desempenham um papel significativo na formação da identidade dos estudantes e na maneira como eles percebem e interagem com o mundo ao seu redor. Dessa maneira, as percepções dos estudantes do IFRR/CBVZO sobre a implementação de medidas de proteção são fundamentais para compreender a eficácia dessas ações e sua influência na construção de um ambiente seguro e acolhedor.

Posto isto, a organização dos espaços pedagógicos na EPT desempenha um papel crucial na promoção da segurança escolar. Esses ambientes devem ser projetados de forma a proporcionar condições ideais para a aprendizagem prática e teórica, refletindo as demandas específicas de cada curso. Além disso, é importante

reconhecer que a escola e o trabalho são espaços fundamentais de memória e identidade. As experiências vivenciadas nesses ambientes moldam a identidade dos estudantes e se tornam parte de suas memórias vivas, conforme preconizado por Ciavatta (2005).

Dessa maneira, ao considerarmos a implementação de medidas de segurança, é essencial levar em conta as percepções e experiências dos estudantes. Suas memórias e vivências são ferramentas valiosas para interpretar e navegar em suas experiências presentes e futuras. Elas fornecem um senso de continuidade e propósito, conectando o passado, o presente e o futuro de maneiras significativas.

Portanto, ao criar um ambiente escolar seguro e acolhedor, baseado nos princípios da EPT e nas percepções dos estudantes, estamos proporcionando um espaço propício para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes do IFRR/CBVZO. Nesse ambiente, eles podem prosperar, livres do medo e da violência, e alcançar todo o seu potencial acadêmico e profissional.

2.3 Segurança Escolar em Foco

A segurança no ambiente escolar é um tema de extrema importância, diretamente relacionado à qualidade da educação e ao bem-estar de estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar. No contexto da EPT, essa questão é ainda mais crítica devido às características específicas deste ambiente. Miriam Abramovay (2016) ressalta que a percepção de segurança é crucial para o engajamento e sucesso educacional dos estudantes. Assim, a falta de medidas adequadas de segurança pode afetar negativamente a qualidade da educação, incentivando comportamentos inadequados entre os usuários dos *Campi*, como os do IFRR/CBVZO.

A segurança escolar abrange mais do que a simples prevenção de crimes, inclui a criação de um ambiente que promova o desenvolvimento educacional e social dos estudantes. Para tanto, é essencial que sejam implementadas estratégias eficazes que não apenas combatam a violência, mas também promovam um ambiente acolhedor, inclusivo e propício ao aprendizado. A segurança deve ser vista

como uma responsabilidade compartilhada por toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, gestores e outros funcionários.

Conforme apontado por Stremel (2014), a violência no ambiente escolar inclui agressões verbais, conflitos, furtos, roubos, violência moral e física, danos ao patrimônio público, discriminação, humilhação, desrespeito e violência simbólica. Essas práticas são indicativas do desconforto que atualmente permeia as escolas, evidenciando a necessidade de implementar programas e medidas voltados para a prevenção desses problemas. Assim, Stremel (2014, p. 8) pontua:

[...] comportamentos agressivos e violentos devem ser combatidos no contexto escolar e não podem ser considerados como algo normal ou como “brincadeiras de crianças” entre jovens e adolescentes, pois, quando a escola não combate tais comportamentos, ela está contribuindo para que esse tipo de violência se perpetue trazendo um grande prejuízo psicológico aos seus alunos. Diante desses fatos, mesmo que a violência seja um fenômeno social e histórico, e tenha uma diversidade de facetas, o que nos preocupa é a reprodução dessa violência no interior da escola, pondo em risco a integridade física e psicológica de todos que a frequentam diariamente. É possível observar dentro do espaço escolar cenas de violência, desrespeito e falta de limites (Stremel, 2014, p. 8).

Diante desse contexto, torna-se fundamental implementar e reforçar estratégias eficazes de segurança no ambiente escolar, que abordem tanto a prevenção e combate à violência quanto a promoção de um ambiente propício ao aprendizado. Dessa forma, a implementação de medidas de segurança no IFRR/CBVZO é vital para criar um ambiente escolar seguro, onde os estudantes possam se concentrar em seu aprendizado, explorar seu potencial e alcançar sucesso acadêmico e profissional. Conforme Stremel (2014), a violência escolar deve ser enfrentada com ações coletivas e a gestão democrática, integrando todos os atores do ambiente escolar na promoção de um ambiente sócio-moral favorável ao desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo.

Carvalho e Pinho (2012) apontam para a complexidade da violência que pode ser categorizada em violência na escola, violência à escola e violência da escola, cada uma demandando estratégias específicas de abordagem e prevenção. A teoria diagramática de violência juvenil é sugerida pelos autores como uma abordagem útil para entender e combater a violência escolar, enfatizando a necessidade de políticas que considerem fatores de longo e curto prazo. Sobre essa categorização da violência, Carvalho e Pinho (2012, p. 13) ressaltam:

A violência na escola ocorre quando ela é o local de violências que têm origem externa a ela (por exemplo, quando um grupo invade a escola para brigar com alguém que está nas dependências da escola); a violência à escola diz respeito aos casos de violência direta contra a instituição (por exemplo, depredação do patrimônio ou violência contra os professores), pôr fim à violência da escola, que é a violência em que as vítimas são os próprios alunos (Carvalho; Pinho, 2012, p. 13).

Essas categorias distintas de violência escolar, conforme descritas por Carvalho e Pinho (2012), revelam a necessidade de uma análise cuidadosa e direcionada para criar intervenções eficazes que abordem cada tipo de violência de maneira específica. Portanto, é imperioso considerar as medidas de segurança no contexto da organização espacial da EPT, pois a disposição dos espaços pedagógicos e a infraestrutura escolar desempenham um papel fundamental na segurança dos estudantes e na prevenção de incidentes.

Sendo assim, ainda é possível argumentar que a segurança escolar não deve ser apenas uma resposta relativa a incidentes, mas sim uma parte integral do ambiente educacional, incorporada às políticas e práticas pedagógicas. Isso implica em investir na formação de docentes, no desenvolvimento de programas de prevenção e na criação de espaços escolares que promovam a segurança física e emocional dos estudantes, uma vez que, de acordo com as informações contidas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizado em São Paulo (FÓRUM, 2023, p. 354):

Os dados mais recentes oriundos da Prova Brasil, do MEC e do INEP, nos mostram que a percepção de violência por professores e diretores atingiu níveis alarmantes. Há relatos de tiroteios ou bala perdida em ao menos 1,7% das escolas brasileiras, de situações de assédio sexual em 2,3%, e de interrupção do calendário letivo de 2021 em decorrência de episódios de violência em 0,9% das escolas. Pode parecer pouco, mas isso significa que milhares de alunos e alunas, bem como professores e professoras têm na violência uma das experiências mais indeléveis de suas trajetórias pessoais e profissionais; da sua relação com a escola. São muitos, portanto, os desafios que se impõem para que a educação realize, em meio ao fogo cruzado, sua função social de fazer com que o saber sistematizado seja criticamente apropriado pelos estudantes e, ademais, capacite-os à participação cidadã na vida social do país (FÓRUM, 2023, p. 354).

Neste contexto, ratifica-se a importância do IFRR/CBVZO desenvolver políticas de segurança eficazes para proteger seus estudantes. A instituição escolar é um local propício a identificar e enfrentar a violência vivenciada pelos estudantes,

tornando-se, portanto, fundamental que o IFRR/CBVZO aproveite o momento de discussão para construir possíveis respostas às indagações fomentadas por FÓRUM (2023).

A segurança pública no ambiente escolar transcende a simples presença de agentes de segurança e está intrinsecamente ligada à qualidade da educação e ao engajamento de toda a comunidade educativa, incluindo administradores, docentes, estudantes, técnicos-administrativos e a comunidade local.

A segurança escolar no IFRR/CBVZO é uma questão complexa que requer uma abordagem abrangente e a construção de políticas eficazes para proteger os estudantes e promover um ambiente de aprendizado seguro. É essencial que a instituição desnaturalize situações de violência e combata a disseminação de ideias negacionistas e autoritárias, criando um ambiente onde tais comportamentos e ideologias não sejam vistos como normais ou aceitáveis.

2.3.1 IFRR/CBVZO: a segurança escolar na formação integral dos estudantes

O IFRR/CBVZO desempenha um papel proativo na identificação e implementação de soluções para melhorar a segurança escolar e promover um ambiente educacional seguro e inclusivo. Contudo, é oportuno mencionar que a segurança no *Campus* já foi comprometida, anteriormente, como evidenciado pelo incidente trágico ocorrido em 2017. Durante o citado evento, um vigilante foi fatalmente atacado por criminosos que invadiram o local de uma construção em andamento no *Campus*, resultando em disparos que levaram à morte do vigilante e no roubo de seu equipamento de segurança, incluindo arma de fogo, colete à prova de balas e munições.

Este incidente sublinha a importância crucial de revisar e fortalecer as políticas de segurança vigentes. Sobre este incidente, foi noticiado em um jornal local no dia 30/07/2017:

O vigilante [...], foi assassinado na noite deste sábado, 29, no Conjunto Cidadão, zona Oeste de Boa Vista (RR). A vítima fazia a segurança de um prédio do Instituto Federal de Roraima (IFRR) em construção naquele bairro. Informações preliminares da Polícia contam que os bandidos invadiram o local, efetuaram pelo menos três tiros na vítima e levaram a arma de fogo do segurança, colete usado por ele e munições [...]. O local do crime foi periciado e o corpo do vigilante foi encaminhado para o IML

(Instituto Médico Legal). Em nota, a Direção do CBVZO (Campus Boa Vista Zona Oeste) do IFRR (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima) confirmou a morte do vigilante no local da obra da sede da unidade de ensino, no conjunto Cidadão, na noite deste último sábado, dia 29. O colaborador prestava serviços de vigilância ao Campus, por meio da empresa terceirizada Fortvip e estava em seu plantão. Apesar da obra ainda não ter sido concluída e repassada pela empresa Premol ao IFRR, o CBVZO mantém materiais e equipamentos no local, a serem utilizados assim que a estrutura ficar pronta, demandando desta maneira a atividade de vigilância patrimonial. Um levantamento prévio não aponta roubo de nenhum objeto, somente a arma e o colete a prova de balas do trabalhador. Segundo a assessoria de comunicação do IFRR, assim que a terceirizada recebeu a informação do crime, a polícia foi acionada para as medidas necessárias. Agora o caso está sob a responsabilidade do 5º Distrito Policial. A Direção do IFRR informa que toda a equipe da instituição se solidariza com a família e que em conjunto com a empresa de vigilância contratada acompanhará todo o caso (Rodrigues, 2017, n.p).

Esse incidente serve como um lembrete da importância da segurança escolar e da necessidade de medidas eficazes para proteger todos os membros da comunidade escolar. Ratifica-se que a segurança escolar não se limita apenas à prevenção de eventos criminosos, mas também envolve a criação de um ambiente seguro para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes. Assim, considera-se ser de suma importância a valorização do contexto social do espaço educacional, bem como conhecer a instituição pela ótica de seus protagonistas.

Esses são apenas alguns dos desafios enfrentados pela segurança escolar no IFRR/CBVZO. É importante que a instituição trabalhe de forma contínua e colaborativa para enfrentar esses desafios, implementando medidas eficazes e buscando soluções que garantam a segurança e o bem-estar de todos os membros da comunidade escolar.

A segurança escolar desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento dos estudantes. Além disso, contribui para o engajamento dos estudantes na escola e para o seu sucesso educacional. É necessário, portanto, investir em medidas adequadas de segurança, que vão desde a prevenção de eventos indesejados até a promoção de uma cultura de respeito e convivência pacífica.

Ao considerar as percepções dos estudantes, foi possível identificar lacunas e desafios específicos relacionados à segurança escolar no IFRR/CBVZO. Essas percepções foram levadas em conta na formulação de políticas e estratégias de segurança, visando atender às necessidades e expectativas dos estudantes,

sobretudo quando da elaboração do produto educacional como desdobramento desta pesquisa.

Ratifica-se que a EPT é uma modalidade educacional essencial para o Brasil, especialmente em uma era de transformações tecnológicas e demandas crescentes por profissionais qualificados. Autor como Saviani (2007) ressalta a importância de uma educação que seja capaz de promover a formação integral dos indivíduos e de prepará-los para o exercício da cidadania e para atuarem de forma crítica no mundo do trabalho.

Nesse contexto, o IFRR/CBVZO tem a missão de oferecer cursos técnicos e tecnológicos alinhados com as demandas do mundo do trabalho e as necessidades locais, além de “promover formação humana integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (IFRR, 2019, p. 7).

Além disso, estatísticas de emprego e renda associadas ao nível de escolaridade no estado de Roraima, fornecidas pela Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), revelam que a taxa de desocupação é menor para aqueles que possuem ensino médio completo ou equivalente. Esses dados reforçam a importância de oferecer cursos técnicos de nível médio, como o curso Técnico em Administração, para facilitar o ingresso no mundo do trabalho e proporcionar oportunidades de emprego e renda aos estudantes formados (IFRR, 2019).

Nesse sentido, a investigação realizada contribuiu para a compreensão dos desafios e das perspectivas dos estudantes, e demais atores da comunidade escolar participantes da pesquisa, em relação à segurança escolar, enriquecendo o conhecimento nessa área e fornecendo subsídios para aprimorar as políticas e práticas de segurança no ambiente educacional.

A pesquisa também sinaliza caminhos para o desenvolvimento de formações continuadas e projetos pedagógicos que articulem segurança, cidadania e promoção de uma cultura de paz. Por fim, os achados podem servir de referência para futuras investigações em outros contextos educacionais, favorecendo o diálogo interinstitucional e o aperfeiçoamento de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência em ambientes escolares.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico desta pesquisa engloba uma revisão bibliográfica para compreender o contexto da segurança escolar, bem como as abordagens qualitativa e quantitativa na coleta de dados, utilizando como técnica a aplicação de questionário junto aos estudantes e servidores do IFRR/CBVZO, coletando informações sobre as medidas de segurança implementadas na instituição. Além disso, realizou-se uma análise documental das políticas e procedimentos de segurança da escola.

Os dados coletados foram analisados considerando a estatística descritiva, por meio de uma abordagem interpretativista. Por meio desse processo, foi possível identificar temas comuns e padrões nas percepções dos estudantes e servidores participantes do estudo, possibilitando uma compreensão aprofundada de suas experiências e opiniões. Ressalta-se que, durante todo o processo, foram rigorosamente respeitados os princípios éticos de pesquisa, assegurando a privacidade e a confidencialidade dos participantes.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Este estudo adota as perspectivas de Gil (2002) para investigar a complexidade das medidas de segurança e sua influência na organização espacial de uma instituição educacional, utilizando uma abordagem qualitativa e quantitativa, que é adequada para explorar fenômenos complexos. O objetivo é descrever e explorar os desafios e os (possíveis) impactos encontrados pela instituição na implementação de medidas de segurança e analisar como elas afetam a distribuição e o uso dos espaços físicos do *Campus*.

A pesquisa é tanto exploratória quanto descritiva, visando adquirir uma compreensão mais profunda do problema e possibilitar a formulação de hipóteses mais precisas para estudos futuros. O método exploratório será empregado para aumentar a familiaridade com o problema e para explorar os documentos institucionais relevantes, conforme sugerido por Gil (2002).

3.2 Sujeitos e local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no IFRR/CBVZO (Figura 1). A escolha deste *Campus* como local de estudo é justificada pela sua posição em uma área com elevada vulnerabilidade social, o que o torna um ponto significativo para análises relacionadas à segurança escolar.

Figura 1. Vista aérea do IFRR / *Campus* Boa Vista Zona Oeste.



Fonte: IFRR, 2018.

O CBVZO, enquanto instituição educacional, atende uma comunidade diversificada e enfrenta desafios específicos, especialmente no que concerne à segurança. Posto isto, ressalta-se que o IFRR/CBVZO desempenha um papel de grande relevância na EPT da região. Esta instituição é parte integrante da rede federal de ensino, caracterizada por oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, contribuindo para a formação de profissionais capacitados e para o desenvolvimento local. Desta forma, é possível identificar a importância do CBVZO para o bairro onde está localizado e adjacências.

Assim, o CBVZO, em particular, é um integrante muito importante do IFRR. Localizado no Bairro Laura Moreira, o *Campus* é um centro de aprendizado e inovação, oferecendo uma variedade de programas educacionais que atendem às

necessidades da comunidade local. O *Campus* também desempenha um papel importante na promoção da inclusão e da diversidade, fornecendo oportunidades de educação para todos, independentemente de sua origem ou circunstâncias. Segundo informações da Resolução nº 654, de 21 de março de 2022:

O *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO) começou a ser implantado no dia 23 de outubro de 2012, por meio do DOU n.º 1.286. O desafio inicial foi o de estabelecer as condições necessárias e suficientes para concepção, implantação e funcionamento do Campus. Em decorrência da falta de infraestrutura própria, o CBVZO funcionou primeiramente no Colégio Militarizado Estadual Professora Elza Breves de Carvalho, em parceria com o Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado de Educação. A criação do CBVZO possibilitaria à comunidade dessa região, cursos de formação profissional e atividades de promoção da cidadania, de modo a combater as desigualdades sociais e contribuir para a inserção do trabalhador no processo produtivo e no contexto sociocultural. Entre os anos de 2017 e 2018, o CBVZO funcionou, em parte, temporariamente no Campus Boa Vista, até a autorização de mudança para sua sede na Zona Oeste da cidade de Boa Vista em fevereiro de 2018. Atualmente, o CBVZO possui os cursos: Técnico em Serviços Públicos e em Comércio na forma Integrado ao Ensino Médio (integral), Técnico em Administração e em Comunicação Visual na forma Subsequente (noturno), Projeja integrado ao Curso FIC de Assistente em Administração (noturno) e Superior de Tecnologia em Gestão Pública (noturno). Com o estabelecimento em sua sede e melhoria das estruturas, é esperado aumento de vagas nos três turnos, com maior diversidade formativa (IFRR, 2022, p. 5).

Em suma, o IFRR/CBVZO constitui grande importância para o estado de Roraima, desempenhando um papel crucial na promoção da educação, do desenvolvimento econômico e da inclusão social no estado, contribuindo significativamente para o bem-estar e o progresso de sua população.

A população-alvo do presente estudo é constituída por, aproximadamente, 20 estudantes matriculados no curso Técnico em Administração, modalidade subsequente, do IFRR/CBVZO, além dos 10 docentes e dos 20 servidores técnicos-administrativos que atuam diretamente com o referido curso. A escolha desse curso específico se justifica pelo fato de ser oferecido no período noturno, o que atrai estudantes adultos que, geralmente, possuem maior maturidade e consciência, tornando-os colaboradores valiosos para a pesquisa.

Essa característica do curso proporcionou um ambiente propício para a coleta de dados, pois os estudantes adultos tendem a ter experiências e perspectivas diversificadas que enriqueceram a análise e as conclusões da pesquisa. Além disso, a disponibilidade dos estudantes no período noturno facilitou a participação e

engajamento no estudo, contribuindo para a qualidade e relevância dos dados coletados.

Para a seleção da amostra, foram considerados os estudantes matriculados no módulo 2024.2 do curso Técnico em Administração, modalidade subsequente, baseando-se no número total de estudantes atualmente matriculados, buscando assegurar uma representatividade adequada para a pesquisa. Este critério é essencial para a determinação dos métodos de coleta de dados e para garantir a validade dos resultados.

Os critérios de inclusão para a participação no estudo incluem estar matriculado no módulo 2024.2 e ativo nas turmas de 2023 e 2024 do curso técnico em Administração, subsequente, ser docente do curso ou técnico-administrativo do CBVZO. A participação dos sujeitos se deu de forma voluntária e condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos da pesquisa os estudantes matriculados em anos letivos anteriores a 2023, estudantes indígenas, estudantes estrangeiros que não dominem o idioma português, aqueles que, por qualquer motivo, manifestarem desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa e optarem por desistir, mesmo após ter assinado o TCLE.

Adicionalmente, aspectos éticos foram rigorosamente considerados, incluindo a avaliação dos riscos e benefícios envolvidos no estudo. Os procedimentos éticos adotados foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme exigido, estando alinhados às diretrizes e regulamentações vigentes. Tais medidas são fundamentais para assegurar a integridade e proteção dos participantes da pesquisa. Ressalta-se que a pesquisa foi autorizada por meio do CAAE nº: 81248824.0.0000.5302.

3.3 Procedimentos e Instrumentos

Para a realização da coleta de dados foram elaborados questionários estruturados direcionados aos servidores e aos estudantes (Apêndices C e D, respectivamente). Esse instrumento incluiu perguntas abertas, explorando a percepção dos sujeitos participantes sobre as estratégias de segurança no *Campus*, avaliando sua eficácia e identificando áreas potenciais para melhorias. O objetivo

central foi obter *insights* sobre a execução das medidas de proteção e os desafios enfrentados durante o processo. De acordo com Gil (2021, p. 28):

Os dados necessários para a pesquisa podem ser obtidos de diferentes naturezas, incluindo dados de campo, produzidos diretamente no local onde as características ocorrem espontaneamente, por meio de procedimentos como observação, aplicação de questionários e entrevistas (Gil, 2021, p. 28).

Essa etapa de busca garante que as informações coletadas estejam em consonância com os objetivos previamente definidos no planejamento da pesquisa. Além disso, o autor destaca que “o planejamento da pesquisa visa responder a cinco questões fundamentais: 'o que pesquisar?', 'como pesquisar?', 'quando pesquisar?', 'onde pesquisar?' e 'por que pesquisar?'" (Gil, 2021, p. 27).

Nesse sentido, a coleta de dados não se restringiu a um procedimento técnico, mas configurou-se também como um processo metodológico que exigiu planejamento e análise detalhada. Conforme Gil (2021, p. 28), o objetivo foi “garantir que as informações coletadas sejam pertinentes e significativas para responder aos problemas investigados, respeitando as especificidades do campo de estudo”. Assim, o objetivo primordial foi captar informações pertinentes a execução das medidas de proteção e os obstáculos enfrentados ao longo desse processo. Nesse contexto, Guerra (2014, p. 15) enfatiza:

Uma pesquisa qualitativa pressupõe que o pesquisador faça uma abordagem empírica de seu objeto. Para tal, ele parte de um marco teórico-metodológico preestabelecido, para em seguida preparar seus instrumentos de coleta de dados, que sejam bem elaborados e bem aplicados, fornecendo uma riqueza ímpar ao pesquisador” (Guerra, 2014, p. 15).

Aplicou-se, ainda, um questionário junto à Direção-Geral do *Campus*, garantindo a obtenção de informações efetivas sobre os protocolos de segurança vigentes, bem como sua concreta operacionalização. De acordo com Gil (2021, p. 138), “construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas”. Esse processo visa garantir que as perguntas abordem de forma direta os aspectos centrais do estudo, forneçam dados essenciais para a análise das condições de segurança.

Outra vertente investigada foi a eficácia na disseminação das orientações de segurança entre os membros da comunidade acadêmica, buscando compreender de

que formas essas informações são internalizadas e utilizadas. Conforme destaca Gil (2021, p. 140), “as questões que compõem o questionário, assim como as alternativas de resposta, deverão ser elaboradas utilizando termos que são usados habitualmente pelas pessoas que compõem a população da pesquisa”. Esse cuidado garante que as informações coletadas sejam relevantes e representativas, refletindo com precisão as percepções e necessidades da comunidade escolar.

3.3.1 Pesquisa diagnóstica

No âmbito do IFRR/CBVZO, a pesquisa diagnóstica teve um papel fundamental no mapeamento das condições de segurança. Como já indicado, uma das principais razões para essa abordagem foi a intenção de entender, de maneira abrangente, a percepção e as experiências da comunidade acadêmica em relação às novas questões que surgiram após a implementação de medidas de segurança no *Campus*.

Para isso, formulamos questionários direcionados a diferentes grupos de interesse, incluindo estudantes, servidores técnicos e docentes, com o objetivo de garantir um conhecimento amplo e inclusivo. De acordo com Gil (2021, p. 138), “a construção de um questionário requer a tradução dos objetivos da pesquisa em perguntas claras e específicas, de modo a garantir que os dados sejam obtidos relevantes e significativos”.

Entre as perguntas do instrumento de coleta de dados, havia itens específicos sobre a percepção das medidas de segurança, informações internas sobre os protocolos de proteção contra, por exemplo, o novo coronavírus, além de questionamentos sobre os desafios adicionais enfrentados no ambiente educacional e escolar. Segundo Gil (2021, p. 140), “as perguntas devem ser elaboradas de forma compreensível para os participantes, respeitando seus conhecimentos e experiências, garantindo que as respostas reflitam a realidade pesquisada”.

Elementos específicos, como instruções para prevenção de incidentes, áreas cobertas por câmeras de monitoramento, presença de segurança e iluminação adequada, foram minuciosamente considerados. A coleta de informações acadêmicas foi enriquecida por conversas formais com a Direção-Geral do *Campus*. Essa fase teve como meta confirmar dados sobre os protocolos vigentes e examinar

sua eficácia na disseminação entre estudantes e servidores. Conforme Gil (2021, p. 142), “a análise de dados obtidos em campo permite a identificação de lacunas e oportunidades para o aprimoramento das medidas aplicadas”.

Os dados coletados serviram de base para a criação de medidas preventivas descritas no Manual de Segurança, um documento específico para informar e orientar estudantes e servidores, sendo este um desdobramento da pesquisa realizada. Com orientações práticas e diretrizes específicas, o manual visa fortalecer a segurança no ambiente acadêmico. Assim, a pesquisa diagnóstica não se restringiu apenas ao mapeamento das condições atuais, mas tornou-se uma ferramenta estratégica para a criação de soluções externas às necessidades do IFRR/CBVZO.

3.3.2 Desenvolvimento do Produto Educacional

Ainda que posteriormente seja tratado sobre o produto educacional, apresentamos, inicialmente, este tópico aqui pontuando que a produção do Manual de Segurança do IFRR/CBVZO foi um processo colaborativo, cuidadosamente planejado, destinado a atender às necessidades identificadas na pesquisa diagnóstica e a refletir sobre as condições enfrentadas pela comunidade acadêmica. Inicialmente, o pesquisador realizou uma análise detalhada dos dados encontrados, nos quais estudantes, professores e demais servidores compartilharam suas percepções sobre a segurança no *Campus*. Essas informações foram fundamentais para estruturar os principais pilares do manual, incluindo protocolos de segurança, canais de comunicação e estratégias preventivas.

De acordo com a “Cartilha de Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar” (2021, p. 8), “programas de prevenção e intervenção desativar esforços colaborativos de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, educadores, estudantes e famílias, para desenvolver estratégias projetadas ao contexto educacional”. Essa abordagem reforça a importância da inclusão de todos os grupos na formulação de políticas de segurança.

Com os conteúdos definidos, o pesquisador priorizou a criação de um *design* acessível e inclusivo, garantindo clareza e facilidade de uso para todos os membros da comunidade. Como argumenta Ulbricht *et al.* (2017, p. 14), “o design inclusivo

deve considerar a diversidade humana, incorporando elementos que atendam tanto às necessidades funcionais quanto emocionais dos usuários, promovendo acessibilidade e usabilidade”. Elementos visuais como gráficos, infográficos e imagens ilustrativas foram integrados para enfatizar as informações mais relevantes e facilitar a compreensão.

Durante todo o processo de elaboração, foi garantida a participação ativa da comunidade acadêmica. Foram realizados novos encontros com os estudantes e servidores, com o objetivo de validar o conteúdo proposto e ajustá-lo às especificidades do *Campus*. A “Cartilha de Apoio à Segurança Escolar” (2021, p. 7) destaca que “o envolvimento de todos os portadores da comunidade escolar é fundamental para a promoção de um ambiente seguro, saudável e acolhedor”.

A etapa final concentrou-se na revisão e validação do material produzido. Ressalta-se que, além do olhar de especialistas em segurança educacional, membros da administração do *Campus*, bem como demais envolvidos com o processo investigativo, ofereceram sugestões para garantir a qualidade técnica e a precisão das informações. Segundo Cubas *et al.* (2013, p. 185), “modelos de segurança universitária devem equilibrar a garantia de segurança com a preservação das liberdades civis, respeitando a especificidade do ambiente acadêmico”. O resultado final reflete um esforço coletivo comprometido em estabelecer um ambiente seguro, acolhedor e funcional para todos os membros do IFRR/CBVZO.

3.4 Tratamento e Análise dos Dados

A investigação dos dados coletados na pesquisa trouxe à luz informações essenciais sobre a percepção de segurança no IFRR/CBVZO. Este processo englobou uma aplicação integrada de métodos qualitativos e quantitativos para a interpretação das respostas dadas pelos estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos, organizando as informações em categorias relevantes e identificando padrões recorrentes. Ratifica-se que, no processo de análise dos dados, para além do foco documental e da estatística descritiva, utilizou-se a abordagem interpretativista, refletindo acerca dos resultados encontrados no estudo.

Dessa forma, foi possível estruturar os dados, evidenciando os principais problemas relacionados à segurança, como a falta de controle de acesso e a inadequação da iluminação no Campus.

Inicialmente, os dados quantitativos foram tabulados e organizados em planilhas, possibilitando o cálculo de frequências, percentuais e a construção de gráficos demonstrativos que auxiliaram na visualização das tendências de resposta. Em paralelo, as informações qualitativas, oriundas de questões abertas e registros descritivos, foram analisadas por meio de categorização temática, permitindo identificar recorrências em relatos, percepções e sugestões apresentadas pelos participantes. Esse processo de categorização envolveu leitura exaustiva, agrupamento por similitude de sentidos e posterior síntese interpretativa, buscando sempre manter a fidelidade às vozes dos sujeitos.

A análise também se apoiou na triangulação entre fontes e instrumentos, confrontando dados do questionário, documentos institucionais e referencial teórico sobre segurança escolar. Tal triangulação contribuiu para conferir maior robustez às interpretações, evitando conclusões isoladas ou descontextualizadas. Ademais, foram observadas convergências e divergências entre a percepção de estudantes e servidores, aspecto que auxiliou na compreensão de como diferentes segmentos vivenciam e significam a segurança dentro do espaço escolar.

Além disso, foram considerados critérios de validade e fidedignidade ao longo de todo o processo analítico, buscando assegurar que os resultados representassem, com rigor, a realidade investigada.

Quando necessário, trechos das respostas dos participantes foram reexaminados, permitindo ajustes finos nas categorias e subcategorias analíticas. Ressalta-se, ainda, que o tratamento dos dados respeitou os aspectos éticos da pesquisa, garantindo o anonimato dos respondentes e a confidencialidade das informações.

Por fim, o tratamento dos dados possibilitou a construção de um quadro analítico consistente, capaz de subsidiar propostas de intervenção e o aperfeiçoamento de políticas de segurança alinhadas ao projeto pedagógico do IFRR/CBVZO.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo foi destinado à apresentação e análise dos resultados obtidos ao longo da pesquisa, organizados em categorias analíticas que refletiram a caracterização e as percepções dos participantes. Essa abordagem estruturada teve como objetivo atender, de forma eficaz, aos propósitos que orientaram a elaboração deste estudo, possibilitando tanto a análise detalhada dos dados encontrados quanto à compreensão aprofundada destes.

Por meio da apresentação e discussão dos resultados, buscou-se fomentar um diálogo construtivo com a literatura existente na área, confrontando os dados obtidos com teorias e estudos prévios. Conforme Gil (2019, p. 28), “a análise e interpretação dos dados é uma etapa essencial que permite estabelecer relações entre as informações coletadas e os objetivos propostos, ampliando o entendimento sobre o tema investigado”. Tal confronto possibilitou contextualizar os achados da pesquisa, ampliando a compreensão do tema e contribuindo para o avanço do conhecimento no campo investigado.

4.1 Aspectos gerais analisados

Em um primeiro momento, os dados foram estruturados para evidenciar os principais problemas associados à segurança no *Campus*. Entre os estudantes, 56% consideraram a segurança como razoável ou insatisfatória, ressaltando a falta de controle de acesso e a inadequação da iluminação como questões primordiais. Em contraste, 71% dos servidores avaliaram a segurança como insuficiente e um problema crítico, enfatizando que as medidas atuais são pouco eficazes. Essa visão foi corroborada pela alta acessibilidade das câmeras de vigilância (86%), embora sua cobertura limitada tenha sido apontada como uma falha significativa. Segundo o Manual de Segurança Escolar (2017, p. 8), “a segurança pública deve ser planejada e realizada considerando a integração entre a infraestrutura, a gestão e a formação de todos os envolvidos”.

A análise também destacou áreas prioritárias para disciplinas. Tanto estudantes quanto servidores sugeriram um aumento no número de vigilantes e melhorias na iluminação externa, necessidades indicadas por 50% dos estudantes e

43% dos servidores. Essas informações confirmam a importância da infraestrutura física na percepção global de segurança. Além disso, a comunicação foi considerada um ponto vulnerável, com 69% dos estudantes e 71% dos servidores classificando-a como problemática ou inexistente, ressaltando a necessidade de canais mais eficientes para divulgar informações e orientações sobre segurança. De acordo com Durão e Paes (2019, p. 28), “a segurança preventiva, participativa e colaborativa deve integrar sistemas de vigilância com ações que fomentem a ocupação do espaço, promovendo convivência e bem-estar”.

Outro aspecto significativo identificado pela análise dos dados foi o consenso acerca da relevância de um Manual de Segurança, visto como uma ferramenta obrigatória para a comunidade acadêmica. Todos os servidores (100%) destacaram a importância do manual na consolidação de protocolos de segurança e na oferta de diretrizes claras sobre procedimentos em situações de risco. Essa percepção também foi reforçada por 94% dos estudantes, que julgaram o manual essencial para promover maior conscientização sobre as medidas preventivas e reativas. Como destacado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023, p. 142), “a implementação de políticas de segurança em instituições de ensino requer a definição de protocolos claros e acessíveis a todos os envolvidos”.

Os dados igualmente evidenciaram a urgência por abordagens participativas. As percepções e sugestões apresentadas pelos respondentes foram fundamentais para identificar vulnerabilidades e direcionar ações corretivas, incluindo o uso de tecnologias avançadas, capacitação contínua de vigilantes e adoção de estratégias comunicativas integradas.

Além disso, a análise ressaltou que a segurança é uma preocupação coletiva, exigindo o envolvimento ativo de todos os membros da comunidade acadêmica. Conforme consta no relatório da Secretaria de Vivência nos *Campi* da Unicamp (2021, p. 7-8), “a segurança no *Campus* deve superar a proteção do patrimônio, promovendo vivência e convivência de forma integrada e inclusiva”.

4.2 Percepções dos Estudantes

Quanto à avaliação da segurança atual, verificou-se que 44% (7/16) dos estudantes a classificaram como boa ou excelente, enquanto 56% (9/16) a

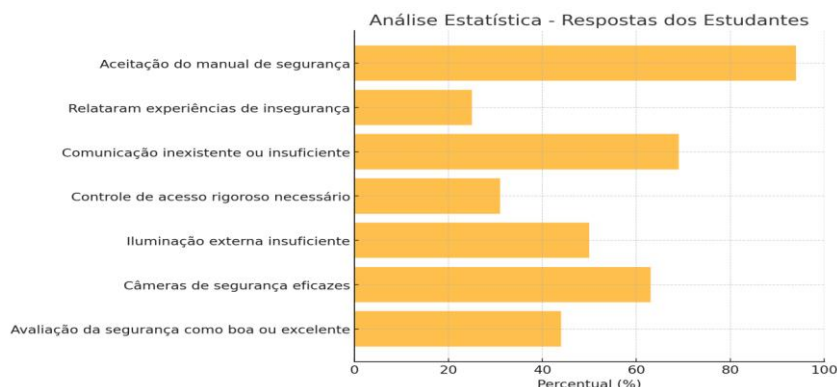
consideraram apenas razoável ou insatisfatória, destacando problemas relacionados ao controle de acesso e à iluminação. Esses resultados revelam que, embora uma parcela dos estudantes se sinta relativamente segura, prevalece uma insatisfação generalizada diante das condições estruturais, o que evidencia a necessidade de intervenções direcionadas às áreas mais vulneráveis.

Ao serem questionados sobre as Medidas Consideradas Eficazes, 63% (10/16) dos estudantes apontaram as câmeras de segurança como a medida mais eficaz, seguidas pela vigilância na portaria, citada por 31% (5/16). A confiança nas câmeras como medida de segurança é evidente, mas a presença de pontos cegos nos sistemas de monitoramento, como indicam os relatos, mostra a necessidade de melhorias. O uso de tecnologia avançada e a integração dos sistemas de segurança são ações recomendadas para garantir cobertura total e otimizar os recursos existentes, como destacado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

Na terceira pergunta, a respeito das Áreas de Melhoria, 50% (8/16) dos estudantes mencionaram a necessidade de melhorias na iluminação externa, enquanto 31% (5/16) sugeriram que o controle de acesso fosse mais rigoroso, com o uso de cartões ou credenciais. Essas melhorias são essenciais para aumentar a sensação de segurança e garantir que áreas críticas do *Campus*, especialmente à noite, sejam mais protegidas. Carvalho e Pinho (2012) argumentam que a segurança escolar deve ser abordada de forma ampla, com a integração de diferentes aspectos estruturais e operacionais.

Quanto à comunicação sobre Segurança da Instituição, 69% (11/16) dos estudantes classificaram os canais de comunicação sobre segurança como inexistentes ou insuficientes (Gráfico 1).

Gráfico 1. Respostas dos estudantes.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

A falta de um sistema eficaz de disseminação de informações sobre segurança dificulta a conscientização dos estudantes sobre os protocolos de segurança e ações emergenciais. Como sugere Gil (2021), a criação de canais de comunicação claros e acessíveis é crucial para engajar a comunidade acadêmica e promover uma cultura de prevenção.

Na quinta pergunta, relacionada às Experiências de Insegurança no *Campus*, 25% (4/16) dos estudantes relataram experiências de insegurança, com destaque para incidentes envolvendo o estacionamento e ataques de cães. Esses relatos sugerem a necessidade de medidas específicas para essas áreas, que devem ser monitoradas de forma mais eficiente. O Manual de Segurança Escolar (2017) reforça a importância de ações preventivas e da criação de um ambiente protegido para todos, minimizando os riscos de incidentes.

Quanto à produção de um Manual de Segurança, 94% (15/16) dos estudantes acreditam que um manual de segurança seria útil, indicando uma alta demanda por um documento que centralize as orientações sobre como agir em situações de emergência e preveja medidas preventivas claras. A aceitação do manual como uma ferramenta estratégica é um indicativo de que a comunidade acadêmica valoriza o acesso a informações estruturadas sobre segurança, alinhando-se com a proposta do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), que defende a criação de materiais educativos para fortalecer as ações preventivas nas escolas.

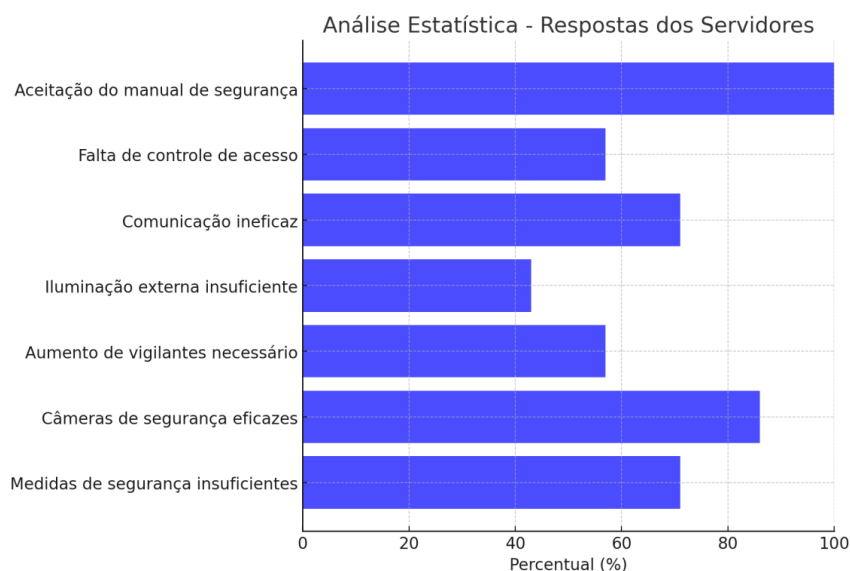
Portanto, os resultados da pesquisa revelam a necessidade urgente de melhorias na segurança no IFRR/CBVZO, com foco específico em melhorar a infraestrutura de segurança, especialmente na iluminação externa e no controle de acesso, para aumentar a proteção nas áreas mais vulneráveis; expandir a cobertura de câmeras de segurança e garantir que áreas críticas sejam monitoradas de forma eficaz; desenvolver e implementar o Manual de Segurança, fornecendo diretrizes claras e acessíveis sobre como agir em situações de risco e promovendo uma cultura de segurança integrada no *Campus*. Essas ações são fundamentais para garantir um ambiente mais seguro e acolhedor para os estudantes, favorecendo a continuidade do aprendizado sem a preocupação com a segurança física.

4.3 Percepções dos Servidores

A pesquisa diagnóstica aplicada aos servidores do IFRR/CBVZO revelou percepções relevantes acerca das medidas de segurança implementadas e lacunas existentes que precisam ser enfrentadas. Quanto as Percepções sobre as Medidas de Segurança, a grande maioria dos servidores, 71% (5/7), demonstrou preocupação com a segurança insuficiente no *Campus*. Pontos críticos incluem o fluxo inadequado de pessoas, a falta de identificação na entrada e a ausência de barreiras tecnológicas como cancelas e identificadores automáticos. Segundo Carvalho e Pinho (2012), a segurança no ambiente escolar deve ser um direito compartilhado entre o Estado e a sociedade, sendo essencial garantir a proteção tanto do patrimônio quanto das pessoas.

Ao serem questionados sobre a efetividade de Medidas Implementadas, as câmeras de segurança e a presença de vigilantes foram destacadas por 86% (6/7) dos servidores como positivas, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2. Respostas dos servidores.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

No entanto, 14% (1/7) relataram deficiências nas áreas sem cobertura de câmeras (“pontos cegos”). Essas falhas refletem a necessidade de ampliar a

infraestrutura de monitoramento, conforme recomendado por Abramovay (2015), que destaca a importância da prevenção para a criação de um ambiente escolar seguro.

Os servidores também apontaram como prioritária a contratação de mais vigilantes, ou seja, 57% (4/7), e a melhoria da iluminação externa, 43% (3/7). Essa demanda está alinhada à observação de Carvalho (2021), que enfatiza que condições estruturais adequadas são essenciais para a prevenção de violência. A iluminação aberta, especialmente em áreas periféricas, contribui para a percepção de insegurança, sendo recomendadas soluções como a instalação de sensores de movimento e iluminação LED em pontos estratégicos. Conforme Soares e Ivo (2018, p. 115), “a participação de agentes externos, como a polícia comunitária, pode ser um diferencial em contextos escolares vulneráveis”.

Quanto a Eficiência da Comunicação sobre Segurança, um total de 71% (5/7) dos servidores classificaram a comunicação sobre segurança como ineficaz. Faltam orientações regulares e disseminação de informações sobre os protocolos de segurança. Isso evidencia a necessidade de criar canais eficazes de comunicação, como palestras, boletins digitais e grupos informativos.

Ao serem questionados sobre os desafios enfrentados, a falta de controle de acesso foi mencionada por 57% (4/7) dos servidores como um grande desafio. Além disso, 43% (3/7) destacaram a redução no número de vigilantes e a insuficiência tecnológica, como câmeras sem monitoramento em tempo real. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum, 2023), a ausência de segurança estrutural afeta negativamente a qualidade do ensino e a percepção de segurança pelos estudantes e servidores.

Ademais, 71% (5/7) dos servidores percebem as medidas de segurança de forma negativa ou insuficiente no CBVZO, refletindo, portanto, a necessidade de melhorar não apenas a infraestrutura, mas também a comunicação de que medidas estão sendo tomadas.

Por fim, a criação de um Manual de Segurança foi amplamente aprovada, com 94% dos estudantes e 100% (7/7) dos servidores registrando sua relevância. Um manual abrangente pode padronizar práticas, aumentar a conscientização e preparar a comunidade para emergências, criando um ambiente mais seguro e organizado. Destaca-se que estratégias integradas, combinando medidas educativas

e estruturais, são fundamentais para mitigar os efeitos da violência e promover um clima de segurança e confiança no ambiente escolar (Brasil, 2023).

Portanto, os dados revelam que, embora algumas medidas estejam em andamento, há deficiências críticas que impactam a percepção de segurança no IFRR/CBVZO. Desta forma, sugere-se a Ampliação Tecnológica com a instalação de mais câmeras, abrangendo áreas de “ponto cego”, e implementar o monitoramento em tempo real; a Contratação de Vigilantes, visando aumentar o efetivo para atender às demandas de segurança, especialmente à noite; melhoria da iluminação para garantir iluminação adequada nas áreas externas e pontos de acesso; e uma Comunicação Eficaz ao criar canais informativos regulares e transparentes. Conforme destaca Carvalho (2021), a segurança escolar vai além da prevenção de incidentes, sendo fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a criação de uma cultura de paz e respeito no ambiente acadêmico.

4.4 Desenvolvimento do Produto Educacional: Proposta do Manual de Segurança do IFRR/CBVZO

Este tópico detalha a criação, as especificações técnicas e o processo de produção do produto educacional resultante do estudo “Segurança Escolar e Ações Mitigadoras: Uma Análise no IFRR/CBVZO”, apresentado no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), IFRR/CBV. O resultado final é a proposta de um Manual de Segurança destinado à comunidade do IFRR / *Campus Boa Vista Zona Oeste* (IFRR/CBVZO).

4.4.1. Origem e Justificativa

O manual foi elaborado como produto educacional obrigatório da dissertação, sendo um desdobramento desta, atendendo às exigências do ProfEPT. A decisão por este produto decorreu diretamente dos resultados apresentados no estudo, que revelaram deficiências estruturais (iluminação, controle de acesso) e falhas na comunicação sobre protocolos de segurança. Assim, o manual traduz achados

empíricos em diretrizes práticas para mitigar vulnerabilidades identificadas entre estudantes e servidores.

4.4.2. Especificações Técnicas

O Quadro 1 apresenta as especificações técnicas que foram consideradas na elaboração da proposta do Manual de Segurança, destinado à comunidade do IFRR / CBVZO.

Quadro 1. Especificações do Produto Educacional.

Característica	Descrição
Formato	PDF interativo, tamanho A4 (210 × 297 mm), 27 páginas.
Resolução	300 dpi para impressão; hiperlinks internos e QR Codes para navegação digital.
Tipografia	Fonte principal Arial 12 pt; títulos em Montserrat 16 pt, seguindo diretrizes de acessibilidade.
Cores	Paleta institucional do IFRR (verde #007041, cinza #4D4D4D) com contraste mínimo WCAG 2.1.
Ferramentas	Diagramação no Canva; imagens origens de Bruno Gomes; exportação em PDF/A-1b para preservação.
Elementos Multimídia	QR Codes vinculados a vídeos de capacitação (YouTube) e versão online do documento.
Licença	Uso livre para fins educacionais/institucionais; proibida exploração comercial.

4.4.3 Processo de Produção

O desenvolvimento do Manual de Segurança considerou diferentes etapas e dimensões. No que se refere ao *design* instrucional, foram definidos indicadores de risco, de forma a orientar a estruturação das seções. Quanto ao conteúdo, a elaboração foi fundamentada em normas legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 11.892/2008 e a Lei nº 13.675/2018, além de manuais técnicos de referência, entre os quais se destacam o Manual de Evacuação Escolar e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

No aspecto de *design* gráfico, optou-se por um *layout* em coluna única, visando facilitar a leitura em dispositivos móveis. Foram utilizados ícones lineares (Lucide) para identificação dos protocolos e imagens aéreas do *Campus*, a fim de auxiliar na localização dos pontos de encontro. Também foram realizados ajustes de linguagem, contraste e ordem lógica, assegurando maior clareza e acessibilidade da informação.

A revisão textual foi realizada pelo autor e pelo coautor (orientador), garantindo correção ortográfica e conformidade com as normas da ABNT aplicáveis às publicações educacionais. Por fim, a etapa de conversão e acessibilidade consistiu na exportação do arquivo final em formato PDF, compatível com leitores de tela. Todos os elementos visuais receberam descrições alternativas, de modo a possibilitar sua interpretação por diferentes públicos.

4.4.4 Integração com os Resultados da Pesquisa

Os dados coletados e os resultados obtidos exerceram influência direta na ênfase temática e na distribuição espacial do conteúdo do Manual de Segurança. A elevada demanda por melhorias na iluminação externa, indicada por 50% dos estudantes e 43% dos servidores, resultou na criação da seção específica “Iluminação e Sinalização”. Do mesmo modo, a constatação de fragilidades na comunicação sobre segurança, apontada por 69% dos estudantes e 71% dos servidores, levou à inclusão de recursos interativos, como QR Codes e checklist de emergência, voltados para ampliar a disseminação das informações. Além disso, a ampla aceitação do manual, registrada por 94% dos estudantes e pela totalidade

dos servidores (100%), justificou a adoção do formato digital, que possibilita atualizações frequentes sem custos adicionais de reimpressão. Dessa forma, o desenvolvimento do produto educacional articulou rigor metodológico, sustentado por evidências empíricas, a soluções técnicas que garantem acessibilidade, navegabilidade e reprodutibilidade.

Outro aspecto relevante da integração com os resultados da pesquisa foi a priorização de conteúdos relacionados ao controle de acesso ao campus, tema recorrente nas respostas abertas dos participantes. As percepções de insegurança na entrada principal e nos estacionamentos fundamentaram a inclusão de orientações específicas sobre fluxo de pessoas, identificação de visitantes e procedimentos recomendados em situações suspeitas. Assim, o Manual de Segurança não se limitou a diretrizes genéricas, mas incorporou diretamente as situações concretas vivenciadas pela comunidade escolar.

Da mesma forma, o sentimento de vulnerabilidade em áreas pouco movimentadas e em horários de menor circulação orientou a elaboração de recomendações voltadas ao deslocamento seguro interno, ao uso coletivo de determinados espaços e à importância da vigilância ativa entre pares. Tais orientações foram organizadas em linguagem clara e objetiva, com tópicos e infográficos que facilitam a compreensão, garantindo que o material possa ser utilizado tanto em ações formativas quanto em consultas pontuais.

A integração com os dados da pesquisa também se manifestou na definição da estrutura didático-pedagógica do manual. Os temas foram ordenados de forma a acompanhar a lógica das principais preocupações identificadas: inicialmente, questões de acesso e circulação; em seguida, aspectos de comunicação e sinalização; por fim, protocolos de prevenção, resposta e pós-incidente. Essa organização favorece uma leitura progressiva, ao mesmo tempo em que permite consultas segmentadas conforme a necessidade dos usuários.

Adicionalmente, os resultados que evidenciaram a carência de formação específica em segurança escolar entre estudantes e servidores subsidiaram a inclusão de sugestões de atividades pedagógicas e momentos de diálogo em sala de aula ou em reuniões institucionais.

5 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

5.1 Metodologia de Aplicação e Validação do Produto Educacional

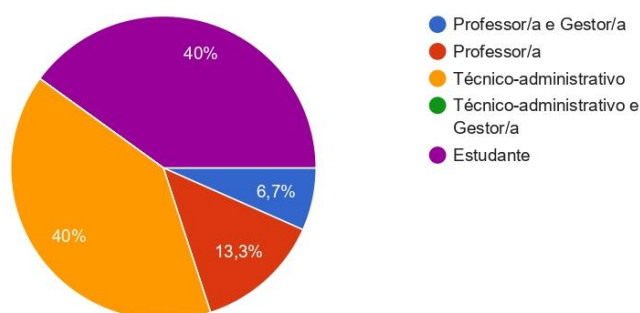
A validação do Produto Educacional intitulado “Manual de Segurança do IFRR/CBVZO” ocorreu no dia 8 de maio de 2025, a partir da aplicação de um questionário estruturado, elaborado com o objetivo de avaliar a clareza, a aplicabilidade e a efetividade do manual junto à comunidade acadêmica. Para tanto, a metodologia adotada visou contemplar distintos segmentos da instituição, favorecendo uma leitura mais abrangente e plural da proposta.

A aplicação do questionário se deu em dois momentos. Inicialmente, foi realizada, de forma presencial, com os estudantes da turma definida como público-alvo da pesquisa. Na ocasião, foi feita a apresentação do manual, a exposição dos objetivos do estudo e, em seguida, a aplicação do instrumento.

Em um segundo momento, o questionário, acompanhado do manual digitalizado e de instruções detalhadas sobre o preenchimento, foi enviado por e-mail a docentes, técnicos-administrativos e gestores. Reforçou-se, nesse envio, o caráter voluntário, anônimo e sigiloso da participação, conforme os princípios éticos da pesquisa em educação (Triviños, 1987).

A primeira pergunta do questionário buscou identificar a qual segmento da comunidade acadêmica pertenciam os respondentes (Gráfico 3).

Gráfico 3. Segmentos da Comunidade Acadêmica.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Nesta etapa foram 15 participantes, sendo: 40% técnicos-administrativos (6 participantes); 40% estudantes (6 participantes); 13,3% professores (2 participantes); 6,7% professores e gestores (1 participante).

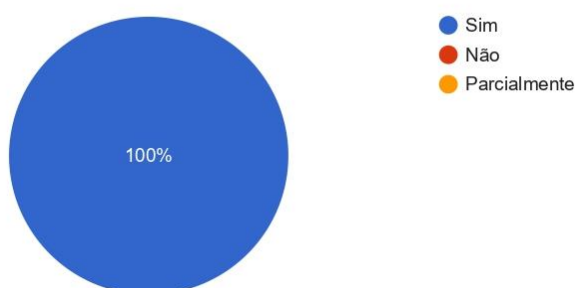
Essa distribuição revela que a maior parte dos participantes está concentrada entre estudantes e técnicos-administrativos, que juntos somam 80% dos respondentes. Essa composição é altamente relevante, pois contempla justamente os grupos que vivenciam de forma cotidiana os ambientes e as rotinas do *Campus*, estando diretamente expostos às situações de risco que o manual visa prevenir.

A menor participação de professores e gestores, embora limitada numericamente, ainda assim fornece um olhar complementar, sobretudo da perspectiva institucional e pedagógica. Segundo Triviños (1987), uma análise qualitativa consistente deve considerar a diversidade dos sujeitos envolvidos no processo investigativo, pois suas diferentes posições influenciam diretamente nas percepções e expectativas sobre a realidade escolar.

Sendo assim, tal composição, com predominância de estudantes e técnicos, torna a análise dos dados ainda mais significativa, pois essas vozes representam diretamente aqueles que mais se beneficiam das medidas de segurança propostas. O equilíbrio entre usuários diretos (estudantes e servidores) e demais agentes institucionais (professores e gestores) favorece uma avaliação multidimensional do Manual de Segurança do IFRR/CBVZO proposto.

A segunda questão avaliou se o conteúdo do manual é claro, acessível e de fácil compreensão (Gráfico 4).

Gráfico 4. Clareza e Acessibilidade do Conteúdo do Manual.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

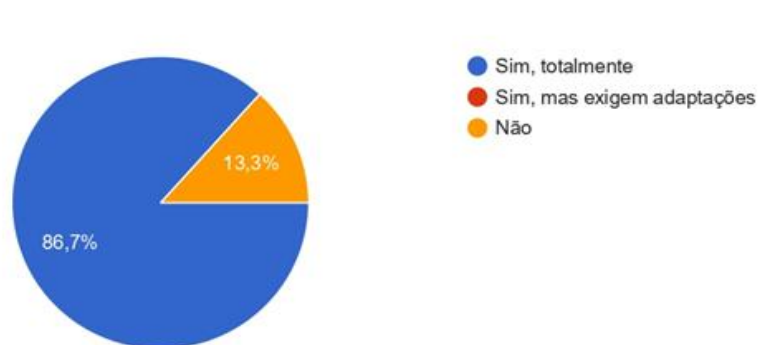
Todos os 15 respondentes (100%) afirmaram que sim, o que representa unanimidade quanto à clareza da linguagem, à estrutura do texto e à compreensão dos conteúdos apresentados. Esse resultado evidencia que o manual foi elaborado com linguagem acessível e adequada aos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, demonstrando eficácia na comunicação de suas propostas. Como observa Oliveira (2016, p. 58), “a clareza textual e a organização didática são fatores determinantes para a efetiva apropriação do conteúdo por parte do leitor”.

O fato de não haver respostas “Não” ou “Parcialmente” reforça a adequação do material à realidade da instituição, permitindo que todos os participantes compreendam as orientações e medidas de segurança apresentadas. Essa unanimidade representa um indicativo de que o produto educacional atendeu aos princípios básicos de funcionalidade e objetividade, indispensáveis à produção de manuais escolares. Além disso, conforme destaca Zabala (1998, p. 76), um material pedagógico bem estruturado deve proporcionar “acessibilidade a diferentes perfis de leitores, promovendo a autonomia na consulta e na execução das ações orientadas”.

Diante do exposto, os dados do Gráfico 4 consolidam a percepção positiva da comunidade acadêmica em relação à clareza do manual, aspecto essencial para seu uso efetivo em situações reais de risco e emergência.

A terceira pergunta do questionário investigou a percepção dos participantes sobre a aplicabilidade das recomendações e orientações contidas no manual à realidade institucional do IFRR/CBVZO (Gráfico 5).

Gráfico 5. Aplicabilidade das Recomendações do Manual à Realidade do IFRR/CBVZO.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

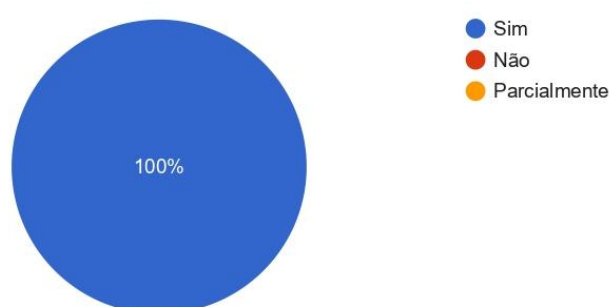
Os resultados indicam que 86,7% dos participantes (13 respondentes) afirmaram que o manual é totalmente aplicável, enquanto 13,3% (2 respondentes) assinalaram que as recomendações não são aplicáveis, destacando, nas justificativas, que: “A realidade é outra, diferente das recomendações no manual, como deveria ser”; “A segurança no IFRR deixa a desejar. Não há uma rigorosa fiscalização de quem entra e sai do instituto”.

Essas observações revelam uma crítica construtiva, apontando para a diferença entre a proposta do manual e a prática cotidiana da instituição, especialmente no que diz respeito ao controle de acesso e à segurança física do *Campus*. De acordo com Gatti (2005, p. 144), a análise qualitativa deve valorizar não apenas os dados majoritários, mas também as manifestações minoritárias, pois elas “trazem elementos reveladores sobre os limites e possibilidades de implementação de propostas educativas no contexto real”. Assim, ainda que a maioria considere o manual aplicável, os comentários críticos destacam barreiras institucionais que podem comprometer sua efetiva implementação, exigindo ações administrativas que fortaleçam a segurança no *Campus*.

Esse dado também evidencia a necessidade de que o manual seja compreendido não apenas como um produto pedagógico, mas como parte de uma política institucional mais ampla, que envolva infraestrutura, gestão e cultura organizacional (Minayo, 2012). Isto posto, a análise do Gráfico 5 reforça a pertinência do conteúdo do manual, ao mesmo tempo em que sinaliza desafios estruturais que precisam ser superados para que suas orientações sejam efetivamente aplicadas no cotidiano escolar.

A quarta pergunta do questionário buscou verificar se os participantes consideram que o manual contempla as principais situações de risco e emergência que podem ocorrer no *Campus* (Gráfico 6).

Gráfico 6. Abrangência das Situações de Risco e Emergência no Manual.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Observou-se que o resultado foi unânime: 100% dos respondentes (15 participantes) afirmaram “Sim”. Esse resultado positivo revela que os conteúdos abordados no manual foram percebidos como adequados e abrangentes diante dos riscos reconhecidos pela comunidade acadêmica. A unanimidade indica que os respondentes identificaram, no manual, orientações coerentes com os possíveis cenários de emergência, o que é essencial para a sua eficácia como instrumento de prevenção e gestão de crises escolares.

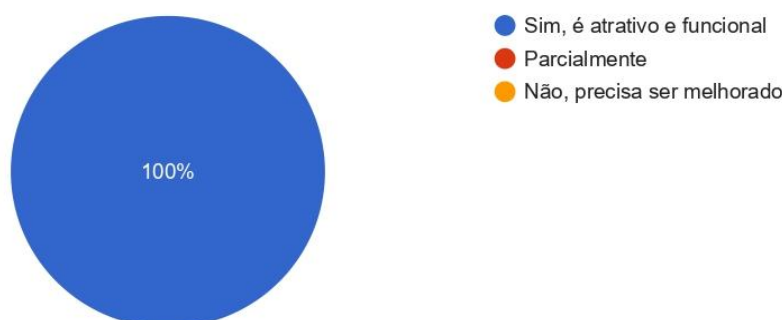
Destaca-se que, ainda que a pergunta aberta sobre quais situações estariam ausentes não tenha recebido respostas, em questões posteriores (como nas sugestões de aprimoramento) alguns participantes mencionaram a falta de estratégias para prevenir incêndios nas áreas externas do *Campus*, especialmente em locais com vegetação seca. Esse apontamento, embora não tenha sido diretamente associado à questão 4, pode ser considerado como uma lacuna pontual que não compromete a percepção geral de abrangência, mas aponta para melhorias futuras.

De acordo com Minayo (2012, p. 35), “materiais educativos voltados à prevenção de riscos devem estar em constante atualização, a fim de manterem-se conectados com a realidade em transformação”. Nesse sentido, o reconhecimento da abrangência atual do manual não exime a necessidade de monitoramento contínuo de seu conteúdo frente a novos riscos identificados.

A universalidade das respostas positivas também pode ser interpretada como um reflexo da clareza estrutural do manual e da sua organização temática, características que favorecem a identificação imediata dos tipos de riscos e dos procedimentos propostos. Destarte, os dados do Gráfico 6 demonstram que o manual atende às expectativas da comunidade quanto à sua função preventiva e educativa, sendo considerado um instrumento adequado para orientar ações em situações críticas no ambiente escolar.

A quinta questão teve como objetivo avaliar se o formato visual do manual, incluindo aspectos como *design* gráfico, uso de ilustrações e organização estrutural, facilita a leitura e a consulta do documento (Gráfico 7).

Gráfico 7. Avaliação do Formato Visual (*design*, ilustrações, estrutura) do Manual.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

O resultado foi novamente unânime: 100% dos respondentes (15 participantes) consideraram que o manual é “atrativo e funcional”. Nenhum dos participantes indicou as opções “Parcialmente” ou “Não, precisa ser melhorado”, e também não foram registradas sugestões de melhoria na questão aberta correspondente.

A unanimidade nesta avaliação positiva evidencia que o manual cumpre com eficácia a sua função comunicativa e visual, o que é especialmente importante em materiais de orientação que precisam ser rapidamente compreendidos e consultados em situações de emergência.

Esse cenário reforça a adequação das escolhas de linguagem, diagramação e recursos gráficos utilizados, demonstrando que o produto educacional dialoga de forma satisfatória com o público-alvo. Além disso, tal resultado contribui para consolidar a confiança da comunidade escolar no uso do manual como ferramenta de referência e apoio nas ações de prevenção, preparação e resposta a situações de risco no ambiente educativo

.Segundo Zabala (1998, p. 76), “a organização gráfica de materiais educativos deve contribuir para sua inteligibilidade, promovendo acessibilidade e facilitando sua apropriação por diferentes perfis de usuários”. A clareza visual, portanto, não é mero aspecto estético, mas um recurso didático fundamental, especialmente em conteúdos que exigem ação imediata e segura, como os manuais de segurança.

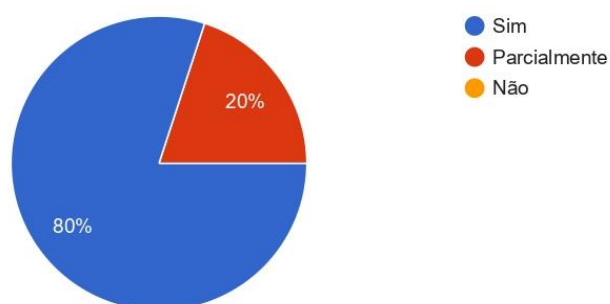
A ausência de sugestões de melhoria indica que o manual atende aos critérios básicos de legibilidade, estrutura lógica e uso de recursos visuais que favorecem a memorização e o acesso rápido às informações. Esse aspecto reforça a

ideia de que um bom *design* pedagógico potencializa a usabilidade e contribui diretamente para a efetividade do conteúdo educativo.

Desse modo, acredita-se que os dados do Gráfico 7 apontam para a eficiência do projeto gráfico e editorial do produto educacional, que se alinha às boas práticas recomendadas para a construção de documentos orientadores voltados ao ambiente escolar.

A sexta questão avaliou se, após a leitura do manual, os participantes se sentem mais preparados para agir em situações de emergência no *Campus* (Gráfico 8).

Gráfico 8. Preparação para Agir em Situações de Emergência Após Leitura do Manual.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Os resultados foram os seguintes: 80% dos respondentes (12 participantes) responderam "Sim"; 20% (3 participantes) assinalaram "Parcialmente"; 0% respondeu "Não". As justificativas fornecidas pelos que responderam "Parcialmente" destacam dois pontos principais: a incerteza emocional diante de uma emergência, mesmo com conhecimento prévio; e a necessidade de treinamentos práticos, como simulações, para fortalecer a capacidade de reação.

Essas respostas revelam uma importante distinção entre o conhecimento teórico e a capacidade de aplicação prática em momentos críticos. Como enfatiza Triviños (1987, p. 170), "a análise qualitativa deve levar em conta o contexto subjetivo e emocional dos sujeitos", pois fatores como ansiedade, medo ou pânico podem interferir na execução de ações mesmo quando há preparo informacional.

Apesar da maioria expressar segurança quanto à preparação teórica proporcionada pelo manual, os 20% que se sentiram apenas parcialmente

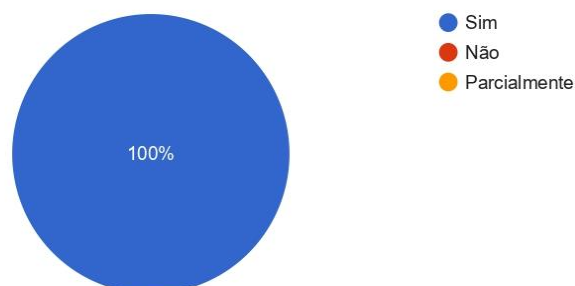
preparados indicam uma demanda por estratégias formativas complementares, como oficinas, simulações e treinamentos periódicos, que favoreçam a internalização dos procedimentos de segurança.

Esse dado reforça a ideia de que o manual é um instrumento inicial e essencial, mas que sua efetividade plena depende de ações práticas e contínuas que envolvam toda a comunidade acadêmica. A preparação real em emergências, como destaca Minayo (2012, p. 35), “exige articulação entre conhecimento, experiência prática e capacidade de ação coletiva”.

Em vista disso, a análise do Gráfico 8 demonstra que o manual cumpre um papel importante na conscientização e orientação inicial, mas aponta para a necessidade de complementaridade entre teoria e prática na consolidação de uma cultura de segurança escolar.

A sétima pergunta investigou se as ações práticas sugeridas pelo manual, como simulados, brigadas escolares, palestras, uso de *QR Codes*, entre outras estratégias preventivas, foram percebidas como viáveis e úteis para o contexto escolar (Gráfico 9).

Gráfico 9. Viabilidade e Utilidade das Ações Práticas Propostas no Manual.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Os resultados foram 100% positivos, pois todos os 15 respondentes consideraram as propostas totalmente viáveis e pertinentes para a realidade do IFRR/CBVZO. Esse dado reafirma a qualidade do conteúdo proposto e a adequação das ações à estrutura e cultura da instituição, demonstrando que os participantes reconhecem o potencial das práticas sugeridas para fortalecer o preparo da comunidade acadêmica diante de situações de risco.

Além disso, a ausência de respostas negativas ou parciais e de comentários críticos nesta questão reforça a ideia de que há abertura institucional e subjetiva

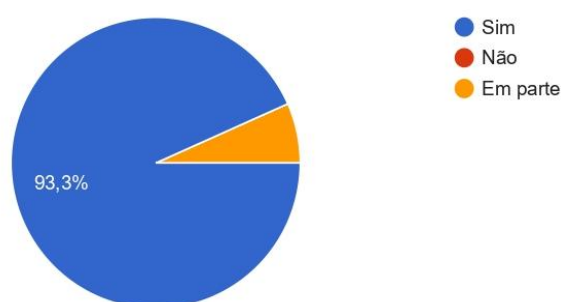
para a adoção dessas práticas. Contudo, é importante lembrar que a percepção de viabilidade não garante, por si só, sua execução efetiva, o que exige compromisso político-administrativo, alocação de recursos e engajamento coletivo.

Como observa Zabala (1998), a ação educativa significativa não se limita ao plano das ideias, mas requer práticas concretas que permitam a internalização e o exercício ativo do conhecimento. No mesmo sentido, Gatti (2005, p. 149) defende que propostas educativas bem recebidas devem ser acompanhadas por um “plano articulado de implementação e monitoramento, a fim de consolidar os efeitos esperados”.

Constatou-se, portanto, que os dados do Gráfico 9 demonstram que o manual foi bem-sucedido em propor ações contextualizadas e exequíveis, mas evidencia também a necessidade de continuidade em sua implementação prática, com treinamentos, campanhas educativas e estratégias de institucionalização, para alcançar sua finalidade educativa e preventiva.

A oitava questão avaliou se o Manual de Segurança contribui para o fortalecimento de uma cultura de prevenção e corresponsabilidade no ambiente escolar (Gráfico 10).

Gráfico 10. Contribuição para a Cultura de Prevenção e Corresponsabilidade na Comunidade Acadêmica.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Os dados revelam que 93,3% dos participantes (14 respondentes) responderam “Sim”; 6,7% (1 respondente) indicou que o manual contribui “em parte”; 0% respondeu “Não”. A predominância da resposta “Sim” evidencia o reconhecimento do manual como um instrumento não apenas informativo, mas formador de valores e atitudes preventivas, capazes de transformar a maneira como a comunidade acadêmica compreende e atua diante de riscos.

A resposta “em parte” pode ser interpretada como um indicativo de que, embora o material seja positivo, sua efetividade ainda depende da prática institucional e do engajamento coletivo. Essa visão crítica está alinhada à análise de Minayo (2012), que reforça que produtos educacionais devem estar articulados a um processo permanente de formação e sensibilização da comunidade escolar para que gerem mudanças reais.

A cultura de corresponsabilidade, ao envolver estudantes, professores, técnicos e gestores, exige não apenas a distribuição de um manual, mas também ações de capacitação continuada, incentivo ao protagonismo estudantil, formação de brigadas e engajamento em práticas preventivas que deem vida às orientações contidas no documento. Como destaca Oliveira (2016, p. 58), “a eficácia de documentos orientadores está diretamente ligada à sua capacidade de promover diálogo, engajamento e senso de pertencimento nos sujeitos que os utilizam”.

Nesse sentido, acredita-se que os dados do Gráfico 10 confirmam que o manual representa um avanço importante para a promoção de uma cultura escolar mais segura e consciente, mas também ressalta que a sustentação dessa cultura depende de práticas concretas e da continuidade das ações formativas no interior da instituição.

Ressalta-se que as duas últimas perguntas do questionário convidaram os participantes a apresentarem sugestões para o aprimoramento do Manual de Segurança do IFRR/CBVZO. Embora a maioria dos participantes tenha optado por não deixar comentários, algumas contribuições significativas foram registradas. Dentre elas, destacam-se:

- Preocupação com a segurança física no *Campus*, sobretudo quanto à falta de fiscalização rigorosa nos portões e no controle de acesso;
- Sugestão de inclusão de estratégias específicas para a prevenção de incêndios, especialmente em áreas externas com mato seco;
- Reforço da necessidade de treinamentos práticos, como simulações de emergência, para complementar as orientações teóricas; e
- Elogios à estrutura do manual, considerado claro, objetivo e bem elaborado por mais de um respondente.

Essas sugestões demonstram um olhar atento e crítico por parte da comunidade acadêmica, que, mesmo diante de uma avaliação majoritariamente positiva, reconhece pontos de aprimoramento e desafios concretos na realidade institucional.

A presença de elogios espontâneos também confirma o valor percebido do manual como produto educativo. No entanto, conforme salientado por Gatti (2005, p. 147), a escuta das críticas deve ser incorporada como parte do próprio processo de validação do material, pois “o reconhecimento de fragilidades é o primeiro passo para a qualificação das práticas educativas”.

A percepção da necessidade de melhorias estruturais (como segurança nos portões) revela que, para além da dimensão pedagógica, o manual provoca reflexões sobre responsabilidades administrativas e políticas da gestão institucional. Isso está em consonância com Minayo (2012, p. 39), que afirma que “o impacto de materiais educativos está diretamente relacionado à capacidade da instituição de assumir os compromissos sugeridos por tais instrumentos”.

Diante desses apontamentos, ratifica-se que os dados apresentados no Gráfico 10 indicam que, embora o manual tenha sido amplamente aprovado, sua efetivação depende da integração entre conteúdo, prática formativa e ações institucionais, sendo essencial manter canais abertos de escuta e revisão contínua.

Síntese das Considerações sobre o Manual de Segurança do IFRR/CBVZO

A análise dos dados coletados por meio dos questionários aplicados junto à comunidade acadêmica do IFRR/CBVZO revelou uma recepção amplamente positiva do Manual de Segurança proposto, tanto em sua dimensão pedagógica quanto na funcionalidade prática. A totalidade dos participantes reconheceu a clareza do conteúdo (100%) e a adequação do formato visual, destacando a linguagem acessível, a organização didática e a atratividade estética como elementos que facilitam a leitura e a consulta.

A aplicabilidade do manual à realidade da instituição também foi majoritariamente validada, ainda que com importantes ressalvas. Parte dos respondentes destacou dificuldades estruturais da instituição, como a ausência de

controle rigoroso de acesso ao *Campus*, o que aponta para desafios institucionais que extrapolam o escopo do documento e exigem ações integradas da gestão. Como reforça Gatti (2005), a escuta das críticas é essencial no processo de aprimoramento das práticas educacionais, pois são nesses apontamentos que residem os indícios mais relevantes para a qualificação do material.

As ações práticas sugeridas, como simulados, formações e uso de *QR Codes*, foram unanimemente consideradas viáveis e úteis, o que confirma a sintonia entre o conteúdo do manual e as possibilidades concretas do contexto escolar. Contudo, ficou evidenciada a necessidade de que essas ações sejam efetivamente implementadas e institucionalizadas, a fim de garantir a internalização dos conhecimentos e o fortalecimento de uma cultura de corresponsabilidade.

Outro aspecto relevante apontado pelos dados foi o reconhecimento da importância do manual como instrumento de formação para agir em situações de risco, ainda que parte dos participantes tenha destacado limitações emocionais que exigem complementações práticas, como treinamentos e simulações. Conforme observa Triviños (1987), a aprendizagem significativa em contextos sociais complexos exige que se considerem as dimensões subjetivas da experiência humana.

A partir das sugestões recebidas, reforça-se que o manual não deve ser entendido como um produto acabado, mas como um documento vivo, em constante processo de construção, revisão e aprimoramento. A observação de lacunas, como a falta de orientações específicas sobre incêndios em áreas externas, e a valorização da escuta da comunidade são aspectos fundamentais para que o manual continue atendendo às demandas do cotidiano institucional e às transformações da realidade social (Minayo, 2012).

Dessa forma, conclui-se que o Manual de Segurança do IFRR/CBVZO constitui um instrumento educativo eficaz, que promove o conhecimento, estimula a prevenção e incentiva a corresponsabilidade coletiva. Sua implementação e contínua revisão, aliadas à formação prática e ao comprometimento institucional, são condições essenciais para que a segurança escolar se consolide como valor e prática permanente no cotidiano da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar os possíveis impactos de medidas de segurança que são, ou poderiam ser, implementadas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima / *Campus* Boa Vista Zona Oeste (IFRR/CBVZO), a partir das percepções dos estudantes do curso Técnico em Administração, modalidade subsequente ao Ensino Médio, e servidores.

O estudo evidenciou que a segurança escolar constitui elemento essencial para a consolidação de ambientes formativos seguros, acolhedores e propícios ao desenvolvimento integral, sendo um fator estruturante na efetivação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

No que se refere ao primeiro objetivo específico, a identificação das medidas de segurança implementadas demonstrou a existência de iniciativas institucionais relevantes, como monitoramento eletrônico, protocolos internos e vigilância patrimonial. Contudo, observou-se que tais mecanismos ainda carecem de maior integração, atualização periódica e alinhamento a uma política institucional mais ampla de segurança educacional, o que indica um campo de aprimoramento constante.

O segundo objetivo específico, que tratou da percepção dos estudantes sobre a segurança escolar, evidenciou que a sensação de proteção influencia diretamente o engajamento e o bem-estar no processo formativo. Os estudantes reconheceram avanços nas medidas já adotadas, mas apontaram fragilidades na preparação da comunidade acadêmica para situações emergenciais, reforçando a importância de iniciativas preventivas que dialoguem com a vivência discente e fortaleçam o sentimento de pertencimento institucional.

O terceiro objetivo específico analisou os impactos das medidas de segurança na organização espacial do CBVZO e sua relação com os objetivos pedagógicos. Verificou-se que a reorganização física de determinados ambientes favoreceu a prevenção de riscos, mas também trouxe desafios quanto à circulação e ao uso pedagógico dos espaços. Essa constatação reforça que a segurança escolar não deve comprometer a liberdade de convivência e a natureza educativa dos ambientes, devendo ser pensada em equilíbrio com os princípios pedagógicos da EPT.

Por fim, o quarto objetivo específico envolveu a elaboração, aplicação e avaliação de um Manual de Segurança Escolar, configurado como Produto Educacional. Tal manual mostrou-se relevante tanto como guia prático quanto como ferramenta pedagógica, promovendo a conscientização coletiva e fomentando uma cultura institucional de corresponsabilidade na prevenção de riscos. O produto contribui, assim, para consolidar a segurança como um eixo estruturante da EPT, alinhando proteção e formação integral.

De forma mais ampla, o estudo demonstrou que a segurança escolar transcende a dimensão do patrimônio físico, englobando aspectos pedagógicos, psicossociais e culturais. Trata-se de um processo coletivo, que exige a participação ativa de gestores, docentes, técnicos, estudantes e também da comunidade externa, em articulação com políticas públicas intersetoriais. Essa compreensão alinha-se aos princípios da EPT, que busca superar a dualidade histórica entre formação técnica e formação humana, entendendo a segurança como condição *sine qua non* para a promoção de aprendizagens críticas, emancipadoras e socialmente significativas.

Entretanto, como toda investigação, este trabalho também apresenta limitações. Destaca-se, em especial, a ausência da escuta sistemática da comunidade externa ao IFRR/CBVZO, que poderia ter ampliado a análise sobre a segurança escolar no território e em sua relação com o entorno social. Do mesmo modo, a pesquisa concentrou-se em um curso específico, o que, embora tenha possibilitado maior profundidade, restringe a generalização dos resultados para outros cursos e *Campi* da Rede Federal.

Essas limitações apontam, ao mesmo tempo, caminhos para futuras pesquisas. Recomenda-se a realização de estudos que envolvam outros *Campi* do IFRR e de diferentes Institutos Federais, de modo a ampliar o escopo comparativo e identificar padrões ou especificidades regionais. Sugere-se, ainda, incluir de forma mais sistemática a participação da comunidade externa, famílias, parceiros institucionais e sociedade civil, a fim de compreender como a segurança escolar é percebida para além dos muros institucionais e como pode ser construída em rede.

Em síntese, a pesquisa reafirma que a promoção da segurança escolar é indispensável para a consolidação de uma EPT comprometida com a formação de sujeitos críticos, autônomos e eticamente responsáveis, capazes de intervir em sua

realidade. Ao assegurar espaços pedagógicos seguros e inclusivos, a EPT fortalece seu papel social de democratizar o acesso à educação pública de qualidade, socialmente referenciada e promotora da dignidade humana.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. **Violências nas escolas**. Brasília: edições UNESCO Brasil, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967_por>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ABRAMOVAY, M. **Violências nas Escolas**. Programa de Prevenção à violência nas escolas. Brasília/DF: Flasco-Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/57474/publicacao_violencias_nas_escolas_flasco_brasil.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ALMEIDA, Í. D. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]. Recife: Ed. UFPE, 2021. (Coleção Geografia). ISBN 978-65-5962-058-6 (online). Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/49435/1/METODOLOGIA%20DO%20TRABALHO%20CIENT%20FICO.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2024.

ARAÚJO, R. M. de L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q.; NJAINE, K. (organizadores). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, CDEAD / ENSP, 2023. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/q58k5/pdf/assis-9786557082126.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prevenção e combate a todos os tipos de violência nos estabelecimentos de ensino. 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.469, de 5 de abril de 2023**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para propor políticas de prevenção e enfrentamento da violência nas escolas. 2023. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.469-de-5-de-abril-de-2023-475498983>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da educação. **Cartilha Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar**. São Paulo, 2023. Disponível em: <[conteudo/publicacoes/cartilha_recomendacoes_protecao_seguranca_ambiente_escolar.pdf](#)>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Segurança na sociedade e nas escolas** / João Antônio Cabral Monlevade – 4ª ed. Atualizada e revisada - Cuiabá: UFMG / Rede e-Tec Brasil, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2016-pdf/33631-05-disciplinas-ft-ie-caderno-16-seguranca-sociedade-escolas-pdf/file>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRUZI, E. L. B. **Violência na escola**: conceitos e atitudes na prevenção de atitudes violentas. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação e Diversidade) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Canoinhas, 2021. 24p. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1968>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, A. L. H. de; PINHO, L. G. **O Direito Social à Segurança no Ambiente Escolar**. Congr. Intern. Pedagogia Social. 2012. 21 p. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/04.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2024.

CARVALHO, W. da S. **Violência escolar e institutos federais em pauta**: um olhar sobre o fenômeno a partir da cobertura jornalística. Dissertação (Mestrado ProfEPT) - Instituto Federal de Educação da Paraíba, 2021. 80 p. Disponível em: <<https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1724>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

CASTRO, C. A. de; PLÁCIDO, R. L.; MEDEIROS, I. T. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Revista Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516–533, 2023. Disponível em: <<https://191.52.0.34/index.php/metapre/article/view/3983>>. Acesso em: 4 maio. 2024.

CEARÁ (Estado). Secretaria de Segurança Pública. **Cartilha Segurança nas escolas**. Ceará: Secretaria de Segurança Pública, 2023. 6 p. Disponível em: <<https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2023/04/Cartilha-Seguranca-nas-Escolas.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, p. 01-20, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/6122/5087>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 65-80, 2011.

CIAVATTA, M. O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia. Universidade Federal Fluminense. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 2012. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100004>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ClAVATTA, M. O Ensino Integrado, A Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que Lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

DELLA FONTE, S. S. Formação no e para o Trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista** - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vol. 2, 2018. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383/343>>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In: CALDART, R.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2024.

GATTI, B. A. Análise qualitativa de dados: apontamentos metodológicos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, jul. 2005. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/issue/download/329/pdf_53>. Acesso em: 15 maio 2025.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed., São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GUERRA, E. L. de A. **Manual de pesquisa qualitativa**: suporte ao trabalho de conclusão de curso (TCC). 3. ed. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/Pós%20Gestão%20Escalar/Legislação%20e%20Políticas%20Públicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

IFRR. **IFRR/CBVZO**. 2018. Disponível em: <<https://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/criado-para-atender-populacao-da-zona-oeste-da-capital-cbvzo-ja-entregou-mais-de-600-profissionais-formados-ao-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023**. 2019. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2024/2028**. 2024. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/a-instituicao/desenvolvimento-institucional/pdi-ifrr/>>. Acesso em: 11 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Resolução 493, de 12 de março de 2020**. Aprova o Estatuto do IFRR. Conselho Superior, 2020. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/documents/305/resolucao-n-o-493-conselho-superior.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Resolução 454, de 7 de junho de 2019**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio do IFRR/CBVZO. Conselho Superior, 2019. Disponível em: <https://reitoria.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup2022/resolucao-n-o-654-2022-conselho-superior/at_download/file>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LOPES, M. W. V. Educação Profissional entre os anos 30 e 90: uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro. **Research, Society and Development**. vol. 8, núm. 10. Universidade Federal de Itajubá, Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662201029>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/1454791/O_desafio_do_conhecimento_Pesquisa_qualitativa_em_sa%C3%BAde>. Acesso em: 15 maio 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Manual do Pesquisador: Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa**. Brasília: Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação, 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/relatorio_276>. Acesso em: 14 dez. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Cartilha de apoio à segurança escolar**. Brasília: MPDFT, 2020. Disponível em: <www.mpdft.mp.br/portal/pdf/cartilhas/Cartilha_Apoio_a_Seguranca_escolar.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2025

MOURA, D. H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

OLIVEIRA, Z. D. de R. Clareza, objetividade e organização textual em documentos institucionais. **Revista Educação e Linguagens**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 45-60, 2016. Disponível em:

<<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/download/8568/5236>>. Acesso em: 15 maio 2025.

OLIVEIRA, A. R. de; XAVIER, G. do C.; SILVA, J. F. da; OLIVEIRA, S. B. de (Orgs). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis**. Coleção Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Volume 1 – Editora CRT. Curitiba, 2020. Disponível em:

<<https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/noticias/professores-e-alunos-do-ifmg-publicam-livro-sobre-educacao-profissional-e-tecnologica/LivroProfEPT2020.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Coleção Formação Pedagógica. v. 5 - Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

RODRIGUES, T. **Vigilante é assassinado em obra do Instituto Federal**. Folha de Boa Vista: Polícia. Roraima, 2017. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/policia/vigilante-e-assassinado-em-obra-de-instituto-federal/>>. Acesso em: 17 out. 2023.

SARLO, B. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Campanha SEED contra assédio nas escolas**. Curitiba: SEED, 2021. Disponível em: <<https://cedoc.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/taianacanitems/11607/11623/campanha-SEED-contra-assedio-nas-escolas.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Manual BPEC: boas práticas para escolas com câmeras**. Curitiba: SEED-PR, 2017. Disponível em: <www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Manuais/manual_BPEC.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SILVA, C M. da. **Violência e Escola: perspectivas e desafios**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. 114 p. Disponível em: <<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/2160/1/CIRLENE%20MARIA%20DA%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SILVA, L. V. da. **A Violência na escola e as possíveis formas de prevenção**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, 2018. Disponível em: <https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/09/leonardo_silva.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SOARES, A. M.; IVO, A. L. Violência escolar, juventude e segurança pública. **Revista do PPGCS – UFRB**, v. 2, p. 111-133, 2018.

SOUSA, S. B. de; SANTOS, L. P. dos; SILVA, R. S. de L. Segurança no campus: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 182-198, 2013. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/274/140>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SOUZA, F. das C. S.; MEDEIROS NETA, Olivia M. de. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil no Século XXI: Expansão e Limites. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, nº 2 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2021. Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1222>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

STREMEL, M. L. K. **A Violência no Contexto Escolar: do diagnóstico à intervenção**. In: Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor. Cadernos PDE. Governo do estado do Paraná. vol. 1, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=44606&ext=pdf&k=>>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

ULBRICHT, V. R.; FADEL, L. M.; BATISTA, C. R. (Orgs.). **Design para acessibilidade e inclusão**. São Paulo: Edgard Blücher, 2017. Disponível em: <<https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9788580393040-386/list/#undefined>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Segurança e vivência na Unicamp: uma análise sobre a perspectiva dos agentes de segurança**. Campinas: Unicamp, 2022. Disponível em: <<https://prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2022P20866A37913O155.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

YAMASAKI, A. A. **Violências no contexto escolar**: um olhar freiriano. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 220 p. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19102007-150455/pt-br.php>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. Disponível em: <<https://www.ifmg.edu.br/ribeiraodasneves/noticias/vem-ai-o-iii-ifmg-debate/zabala-a-pratica-educativa.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa: **Segurança Escolar e Ações Mitigadoras: Uma Análise no Instituto Federal de Roraima / Campus Boa Vista Zona Oeste**, que está sob a responsabilidade do pesquisador João Paulo Silva Dantas, mestrando do ProfEPT, orientado pelo professor Dr. Hudson do Vale de Oliveira. A qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para o pesquisador.

1. O objetivo deste estudo é **analisar os impactos da implementação de medidas de segurança no IFRR/CBVZO a partir das percepções dos alunos e servidores do curso Técnico em Administração, modalidade Subsequente ao Ensino Médio**;

2. Sua **participação** nesta pesquisa será de parte incluída na amostra, cujas respostas ao questionário serão de extrema valia no processo de compreensão dos fenômenos estudados;

3. Os **benefícios** relacionados com a sua participação serão: Melhoria da Segurança no *Campus*, contribuindo para um ambiente mais seguro para estudantes, docentes e funcionários; Compreensão das Percepções dos Alunos, o que pode informar futuras decisões e estratégias de segurança; Desenvolvimento de Recursos de Segurança, com a criação de um Manual de Segurança, visando educar a comunidade do *Campus* sobre segurança e promover comportamentos seguros; Informação para Outras Instituições, que estão buscando melhorar suas próprias medidas de segurança; Promoção de uma Cultura de Segurança no IFRR/CBVZO;

4. Os **riscos** da pesquisa estão relacionados a possíveis desconfortos e constrangimentos que os participantes podem experimentar. Eles incluem desconforto psíquico e emocional, onde os participantes podem sentir leve constrangimento ao responder algumas perguntas do questionário da pesquisa. Para prevenir esse desconforto, as perguntas serão revisadas para garantir que sejam formuladas de maneira respeitosa e sensível, e suporte psicológico será

disponibilizado para os participantes que se sentirem desconfortáveis. Outro risco é a recusa em participar do processo, onde alguns participantes podem optar por não participar, o que pode causar ansiedade sobre a decisão. Para prevenir isso, será garantido que os participantes compreendam que a participação é voluntária e que podem desistir a qualquer momento sem qualquer penalidade ou prejuízo;

Para **mitigar os riscos e garantir a segurança** e o bem-estar dos participantes, serão adotadas as seguintes providências: Será garantida a confidencialidade dos dados coletados, assegurando que as respostas dos participantes sejam anonimizadas e protegidas contra acesso não autorizado. Manter-se-á uma comunicação aberta com os participantes, permitindo que eles expressem suas preocupações e *feedback* ao longo do processo de pesquisa. Recursos adicionais, como sessões de esclarecimento serão disponibilizadas para ajudar os participantes a lidar com qualquer desconforto que possa surgir durante a pesquisa.

5. Serão **excluídos** desta pesquisa participantes indígenas, migrantes e menores de 18 anos de idade.

As informações desta pesquisa são confidenciais e garantimos que somente o pesquisador saberá sobre sua participação. Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional do pesquisador e poderá esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Sempre que achar necessário, poderá entrar em contato, por meio do telefone do pesquisador, João Paulo Silva Dantas (95) 991175833, caso tenha alguma dúvida.

Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, bem como autorizo o uso de minha voz e imagens.

Boa Vista/RR, ____ de _____ de 2024.

Pesquisador

Participante da Pesquisa

Endereço Institucional: Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976- Laura Moreira (Conjunto Cidadão), Boa Vista - RR / CEP: 69.318-000. E-mail: gabinete.cbvzo@ifrr.edu.br

Endereço do CEP/UFRR: Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Bairro: Aeroporto (*Campus* do Paricarana), CEP: 69.310-000 - Boa Vista/RR. E-mail: coep@ufr.br / Fone: (95) 3621-3112

APÊNDICE B - Carta de Anuência para autorização de pesquisa

Ao senhor, **Isaac Sutil da Silva**

Diretor-Geral do IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada **A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA NO IFRR/CBVZO: DESAFIOS E IMPACTOS** a ser realizada no IFRR/*Campus* Boa Vista Zona Oeste, pelo acadêmico de pós-graduação do Mestrado - PROFEPT, **João Paulo Silva Dantas**, sob orientação do Prof. Dr. **Hudson do Vale de Oliveira**, com o(s) seguinte(s) objetivo(s): Geral: **Analisar as medidas de segurança implementadas no IFRR/CBVZO e seus reflexos na organização espacial, considerando sua influência nos objetivos de aprendizagem, na experiência de aprendizagem dos alunos e nas necessidades da comunidade acadêmica.**

Objetivos específicos:

- a) Investigar as medidas de segurança atualmente implementadas no IFRR/CBVZO, incluindo políticas, protocolos e infraestrutura física;
- b) Avaliar a percepção da comunidade acadêmica em relação à segurança no Campus, destacando como isso afeta a experiência de aprendizagem;
- c) Identificar como as medidas de segurança influenciam a organização espacial do campus e sua relação com os objetivos de aprendizagem;
- d) Produzir um Manual de segurança contendo estratégias de prevenção de ataques criminosos no ambiente escolar visando promover um ambiente mais seguro e propício ao aprendizado.

Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 510/16 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Pesquisador principal: Mestrando João Paulo Silva Dantas

Contatos: (95) 99117-5833, joaopaulosilvadntas2020@gmail.com

Orientador: Professor Dr. Hudson do Vale de Oliveira

Contatos: (11) 97751-2110, hudson.oliveira@ifrr.edu.br

BOA VISTA/RR, ____ de ____ de 2024.

Prof(a). titulação e nome completo

Pesquisador (a) Responsável do Projeto

Diretor Geral do IFRR/CBVZO

() Concordamos com a solicitação () Não concordamos com a solicitação

APÊNDICE C - Questionário para Professores e demais Servidores

Caro(a) participante, agradecemos por colaborar com nossa pesquisa sobre a **“Segurança Escolar e Ações Mitigadoras: Uma Análise no Instituto Federal de Roraima / Campus Boa Vista Zona Oeste”**. Suas respostas são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Instruções:

- Este questionário é semi-estruturado, o que significa que você tem a liberdade de elaborar suas respostas de forma mais aberta;
- Sinta-se à vontade para fornecer informações detalhadas e exemplos específicos sempre que possível;
- Não há respostas certas ou erradas; estamos interessados na sua percepção e experiência pessoal;
- Suas respostas serão tratadas de forma confidencial e usadas apenas para fins acadêmicos.

Dados

Nome:

Idade:

Cargo ou função no IFRR/CBVZO:

Tempo de vínculo com o IFRR/CBVZO:

Contato:

Percepções acerca das Medidas de Segurança

Como você descreveria a atual situação de segurança no IFRR/CBVZO?

Quais são as principais medidas de segurança implementadas no *Campus* que você considera eficazes?

Você acredita que existem áreas ou aspectos da segurança no *Campus* que poderiam ser melhorados? Se sim, quais e por quê?

Como você avalia a comunicação e a disseminação de informações sobre segurança no *Campus*?

Quais são os principais desafios que você enfrenta em relação à segurança no *Campus*?

Como você acha que os estudantes percebem as medidas de segurança implementadas no *Campus*?

Você acredita que um Manual de Segurança seria útil para melhorar a segurança no *Campus*? Por quê?

Que tipo de informações você acha que deveriam ser incluídas no Manual de Segurança?

Como você acha que o Manual de Segurança deveria ser distribuído para garantir que ele seja lido e compreendido por todos no *Campus*?

Você tem alguma sugestão ou comentário adicional sobre a segurança no *Campus* ou sobre o Manual de Segurança proposto?

Agradecemos sua participação.

APÊNDICE D - Questionário para alunos

Caro (a) participante, agradecemos por colaborar com nossa pesquisa sobre a **“Segurança Escolar e Ações Mitigadoras: Uma Análise no Instituto Federal de Roraima / Campus Boa Vista Zona Oeste”**. Suas respostas são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Instruções:

- Este questionário é semi-estruturado, o que significa que você tem a liberdade de elaborar suas respostas de forma mais aberta;
- Sinta-se à vontade para fornecer informações detalhadas e exemplos específicos sempre que possível;
- Não há respostas certas ou erradas; estamos interessados na sua percepção e experiência pessoal;
- Suas respostas serão tratadas de forma confidencial e usadas apenas para fins acadêmicos.

Dados

Nome:

Idade:

Contato:

Turma no IFRR/CBVZO:

Ano de Matrícula no IFRR/CBVZO:

Percepções acerca das Medidas de Segurança

Perguntas semiestruturadas para aplicar aos alunos do Curso Técnico Subsequente em Administração do IFRR/CBVZO:

Como você avalia a segurança atual no *Campus* do IFRR/CBVZO?

Quais medidas de segurança implementadas no *Campus* você considera mais eficazes?

Você acredita que existem áreas de segurança no *Campus* que precisam ser melhoradas? Se sim, quais e por quê?

Como você avalia a comunicação sobre as medidas de segurança no *Campus*?

Você já teve alguma experiência onde sentiu que a segurança no *Campus* era insuficiente? Se sim, pode compartilhar essa experiência?

Você acha que um Manual de Segurança seria útil para você e outros estudantes?
Por quê?

Que tipo de informações você gostaria de ver incluídas no Manual de Segurança?

Como você acha que o Manual de Segurança deveria ser distribuído para garantir que seja lido e compreendido pelos estudantes?

Você tem alguma sugestão de como a segurança no *Campus* poderia ser melhorada?

Você tem algum comentário ou sugestão adicional sobre a segurança no CBVZO ou sobre o Manual de Segurança proposto?

Agradecemos sua participação.

3. As recomendações e orientações presentes no manual são aplicáveis à realidade do IFRR/CBVZO?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, totalmente
- ☐ Sim, mas exige adaptações
- ☐ Não

Se respondeu "Sim, mas exigem adaptações" ou "Não", justifique:

4. O manual contempla as principais situações de risco e emergência que podem ocorrer no campus?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

Se respondeu "Não" ou "Parcialmente", quais situações faltaram?

5. O formato visual (design, ilustrações, estrutura) facilita a leitura e a consulta do manual?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, é atrativo e funcional ☐ Parcialmente

☐ Não, precisa ser melhorado

Se respondeu "Parcialmente" ou "Não, precisa ser melhorado", aponte sugestões de melhoria:

6. Após a leitura do manual, você se sente mais preparado(a) para agir em situações de emergência no *Campus*?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

Se respondeu "Parcialmente" ou "Não", explique:

7. As propostas de ações práticas (simulados, brigadas, palestras, *QR Codes*, etc.) são viáveis e úteis para o contexto escolar?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

Se respondeu "Parcialmente" ou "Não", comente:

8. O manual contribui para o fortalecimento de uma cultura de prevenção e corresponsabilidade na comunidade acadêmica?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente sua resposta, se desejar:

9. Você tem sugestões ou observações para o aprimoramento do Manual de Segurança Escolar?

ANEXO A - Parecer consubstanciado do CEP**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: SEGURANÇA ESCOLAR E AÇÕES MITIGADORAS: UMA ANÁLISE NO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA/CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE

Pesquisador: JOÃO PAULO SILVA DANTAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 81248824.0.0000.5302

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.014.800

Apresentação do Projeto:

Introdução:

A segurança escolar é um aspecto fundamental no contexto educacional, sendo essencial para a criação de um ambiente adequado ao ensino e ao desenvolvimento dos estudantes (Abramovay, 2015). O impacto das medidas de segurança no ambiente escolar transcende os limites da instituição, influenciando não apenas a qualidade da educação, mas também a percepção da comunidade local sobre o ensino. Conforme destaca Bruzi (2021), escolas seguras são consideradas pilares da comunidade, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento social e econômico local. Portanto, a implementação eficaz de medidas de segurança não só protege os indivíduos na escola, como também fortalece os laços entre a instituição e a comunidade em que está inserida. O Anuário da Segurança Pública enfatiza a relevância de um ambiente seguro para o

desenvolvimento acadêmico, ressaltando que a segurança no contexto escolar é fundamental para a percepção adequada de situações de violência, o que, por sua vez, é essencial para a formulação de estratégias de resposta mais eficazes (FÓRUM, 2023). Nessa perspectiva, é importante destacar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) atende uma comunidade acadêmica que requer atenção e cuidados por parte do Estado, especialmente no que diz respeito à segurança. Observa-se que os campi desta instituição de ensino contratam serviços de segurança privada por meio de acordos específicos. No entanto, é fundamental que tais serviços não se restrinjam à proteção dos ativos patrimoniais da instituição, mas também estejam capacitados para assegurar a integridade do corpo discente (IFRR, 2019). Nesse contexto, é imprescindível que os profissionais responsáveis pela segurança, particularmente no CBVZO, possuam competências em gestão de crises, a fim de enfrentar eventuais situações de risco no ambiente educacional. Diante do exposto, torna-se imperativo realizar uma análise detalhada dos protocolos e contratos firmados entre o IFRR e as empresas encarregadas da segurança privada. Essa análise tem como objetivo assegurar a existência de procedimentos eficazes para o manejo de incidentes criminais que possam ocorrer nos limites do Campus. Além disso, uma consulta prévia foi realizada com a Diretoria de Administração responsável pela gestão desses contratos, a fim de obter uma compreensão preliminar do ambiente do *Campus*, essencial para a contextualização do estudo proposto. A presente proposta de pesquisa tem como objetivo identificar lacunas nas medidas de segurança existentes e propor soluções eficazes para garantir um ambiente escolar seguro e acolhedor para os estudantes do IFRR/CBVZO. A análise pretendida busca não apenas investigar a eficiência dos serviços de segurança privada contratados, mas também compreender a percepção dos estudantes em relação às medidas de segurança adotadas e como estas influenciam sua experiência no ambiente acadêmico. A presente pesquisa visa contribuir para o aprimoramento das políticas de segurança do IFRR/CBVZO e de outras instituições de ensino técnico e tecnológico, promovendo a segurança e o bem-estar dos estudantes. Os resultados deste estudo servirão como base para a implementação de estratégias mais eficazes e adequadas às necessidades específicas da comunidade acadêmica, alinhadas com os propósitos do ProfEPT, vinculado à linha de pesquisa 2 e ao Macroprojeto 6.

Assim, a relevância social desta pesquisa reside na importância da segurança escolar para o desenvolvimento integral dos estudantes, para a criação de um ambiente educacional saudável e para o fortalecimento da relação de confiança entre a instituição de ensino e sua comunidade acadêmica. Por meio da análise proposta, pretende-se contribuir para a construção de ambientes educacionais mais seguros, acolhedores e propícios ao aprendizado e desenvolvimento de todos os envolvidos.

Hipótese:

O IFRR/CBVZO possui medidas de segurança atualmente implementadas, incluindo políticas, protocolos e estrutura física; A percepção dos estudantes em relação à segurança no IFRR/CBVZO afeta a experiência formativa, resultando em um ambiente mais propício ao aprendizado; As medidas de segurança implementadas no IFRR/CBVZO influenciam positivamente a organização espacial do *Campus* e contribuem para alcançar os objetivos de aprendizagem; O desenvolvimento, aplicação e avaliação de um Manual de Segurança baseado nos resultados da pesquisa resultará em um recurso eficaz para promover um ambiente escolar mais seguro e propício ao aprendizado no IFRR/CBVZO.

Metodologia Proposta:

O percurso metodológico desta pesquisa envolverá revisão bibliográfica para compreender o contexto da segurança escolar, utilizando abordagens qualitativa e quantitativa. Os dados serão coletados por meio de entrevistas para capturar as experiências e percepções dos estudantes sobre as medidas de segurança na escola. Além disso, uma análise documental das políticas e procedimentos de segurança da escola será realizada. Os dados coletados serão analisados utilizando técnicas de análise de conteúdo baseadas nas proposições de Gil (2002), identificando temas comuns e padrões nas percepções dos estudantes. Ao longo de todo o processo, será dada atenção aos princípios éticos de privacidade e confidencialidade dos participantes. O objetivo é fornecer fundamentos e recomendações práticas para a melhoria da segurança escolar no IFRR/CBVZO. Realizada no IFRR/CBVZO, o locus da pesquisa se justifica pela localização em uma área com alta vulnerabilidade social, tornando-se significativa para análises

relacionadas à segurança escolar. A escolha do curso técnico em Administração, modalidade subsequente, se justifica pelo fato de ser oferecido no período noturno, o que atrai estudantes adultos que geralmente possuem maior maturidade e consciência, tornando-os colaboradores valiosos para a pesquisa. Essa característica do curso proporciona um ambiente propício para a coleta de dados, pois os estudantes adultos tendem a ter experiências e perspectivas diversificadas que podem enriquecer a análise e as conclusões da pesquisa. Além disso, a disponibilidade dos alunos no período noturno pode facilitar a participação e engajamento no estudo, contribuindo para a qualidade e relevância dos dados coletados. Serão incluídos 50% (30) da população-alvo, seguindo critérios essenciais para os métodos de coleta de dados e a validade dos resultados. Para a coleta de dados, será utilizado um questionário estruturado destinado aos estudantes, contendo perguntas abertas e fechadas para avaliar a percepção das medidas de segurança no Campus e possíveis áreas de melhoria. Além disso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professores e servidores técnico administrativos para obter informações mais aprofundadas sobre a implementação das medidas de segurança e os desafios enfrentados. Também está previsto um diálogo formal com a Diretoria do Campus para obter informações precisas sobre os protocolos de segurança e sua execução, investigando a eficácia da disseminação de informações de segurança entre a comunidade acadêmica.

Metodologia de Análise de Dados:

Após a coleta, os dados serão organizados de acordo com as categorias definidas no questionário e nas entrevistas. Isso inclui a classificação das respostas dos participantes de acordo com os temas relevantes para a pesquisa. As respostas dos participantes serão codificadas para facilitar a análise. Os dados coletados serão verificados para garantir sua precisão e confiabilidade. Isso pode envolver a revisão das respostas dos participantes e a verificação de inconsistências ou erros. Desta forma, para a realização deste estudo é fundamental a coleta de dados detalhados.

Isso envolve a análise do contrato estabelecido com a empresa responsável pela segurança privada, bem como a consulta aos registros dos estudantes do curso técnico de administração subsequente ao Ensino Médio e dos funcionários no controle acadêmico do IFRR/CBVZO. Para os dados coletados através do

questionário, será realizada uma análise quantitativa. Isso pode envolver a utilização de estatísticas descritivas (como média, mediana, moda, etc.) para resumir os dados, bem como testes estatísticos para identificar padrões ou tendências significativas. Para os dados coletados através das entrevistas e da análise documental, será realizada uma análise qualitativa e quantitativa. Isso pode envolver a identificação de temas ou padrões emergentes nas respostas dos participantes e a interpretação desses temas à luz da literatura existente e dos objetivos da pesquisa. Findando, a análise de dados na fase da sistematização e da interpretação dos dados, mesmo se tratando de pesquisa de cunho qualitativa e quantitativa, entende-se que o pesquisador precisa ultrapassar a descrição e ir além. Para tanto, será necessário fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando possíveis explicações, configurações e fluxos de causa e efeito (Gil, 2002, p. 134). Isto posto, os resultados da análise dos dados serão apresentados de forma clara e compreensível, utilizando gráficos, tabelas e descrições textuais conforme apropriado. Além disso, os resultados serão interpretados à luz dos objetivos da pesquisa e das teorias e pesquisas existentes sobre segurança escolar. Finalmente, com base nos resultados da análise dos dados, serão apontadas recomendações para melhorar a segurança escolar no IFRR/CBVZO.

Critério de Inclusão:

Os critérios de inclusão para a participação no estudo incluem estar matriculado no módulo 2024.2 do e ativo nas turmas de 2023 e 2024 do curso técnico em Administração, ser docente do curso ou funcionário administrativo do CBVZO. A participação dos sujeitos será voluntária e condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Critério de Exclusão:

Serão excluídos da pesquisa os estudantes matriculados em anos letivos anteriores a 2023, estudantes indígenas, estudantes estrangeiros que não dominem o idioma português, estudantes menores de 18 anos de idade e aqueles que, por qualquer motivo, manifestarem desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa e optarem por desistir, mesmo após ter assinado o TCLE.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os impactos da implementação de medidas de segurança no IFRR/CBVZO a partir das percepções dos alunos e servidores do curso Técnico em Administração, modalidade subsequente ao Ensino Médio.

Objetivo Secundário:

Identificar as medidas de segurança atualmente implementadas no IFRR/CBVZO, incluindo políticas, protocolos e infraestrutura; Mapear e refletir sobre a percepção dos estudantes em relação à segurança no CBVZO, destacando como isso afeta a experiência formativa; Analisar como as medidas de segurança influenciam a organização espacial do CBVZO e sua relação com os objetivos de aprendizagem; Produzir, aplicar e avaliar um Manual de segurança contendo ações mitigadoras de prevenção de ataques criminosos no ambiente escolar, visando promover um ambiente mais seguro e propício ao aprendizado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:**Riscos:**

Os riscos da pesquisa estão relacionados a possíveis desconfortos e constrangimentos que os participantes podem experimentar. Eles incluem desconforto psíquico e emocional, onde os participantes podem sentir leve constrangimento ao responder algumas perguntas do questionário da pesquisa. Para prevenir esse desconforto, as perguntas serão revisadas para garantir que sejam formuladas de maneira respeitosa e sensível, e suporte psicológico será disponibilizado para os participantes que se sentirem desconfortáveis. Outro risco é a recusa em participar das entrevistas, onde alguns participantes podem optar por não participar, o que pode causar ansiedade sobre a decisão. Para prevenir isso, será garantido que os participantes compreendam que a participação é voluntária e que podem desistir a qualquer momento sem qualquer penalidade ou prejuízo. Além disso, serão oferecidas alternativas de participação, como entrevistas por escrito ou via online, em momentos mais convenientes. Para mitigar os riscos e garantir a segurança e o bem-estar dos participantes, serão adotadas as seguintes providências: Será garantida a confidencialidade dos dados coletados, assegurando que as respostas dos participantes sejam anonimizadas e protegidas contra acesso

não autorizado. Manter-se-á uma comunicação aberta com os participantes, permitindo que eles expressem suas preocupações e *feedback* ao longo do processo de pesquisa. Recursos adicionais, como sessões de esclarecimento serão disponibilizadas para ajudar os participantes a lidar com qualquer desconforto que possa surgir durante a pesquisa.

Benefícios:

Melhoria da Segurança no *Campus*: A pesquisa ajudará a identificar áreas de melhoria na segurança do Campus, contribuindo para um ambiente mais seguro para estudantes, docentes e funcionários; Compreensão das Percepções dos Alunos: A pesquisa fornecerá insights valiosos sobre como os estudantes percebem as medidas de segurança existentes, o que pode informar futuras decisões e estratégias de segurança; Desenvolvimento de Recursos de Segurança: A pesquisa resultará na criação de um Manual de Segurança, um recurso valioso que pode ajudar a educar a comunidade do *Campus* sobre segurança e promover comportamentos seguros; Contribuição para a Literatura de Segurança Escolar: A pesquisa contribuirá para a literatura acadêmica sobre segurança escolar, fornecendo um estudo de caso detalhado sobre a implementação de medidas de segurança em um *Campus* específico; Informação para Outras Instituições: Os resultados da pesquisa podem ser úteis para outras instituições que estão buscando melhorar suas próprias medidas de segurança; Promoção de uma Cultura de Segurança: Ao abordar a segurança de maneira abrangente e envolver toda a comunidade do *Campus*, a pesquisa pode ajudar a promover uma cultura de segurança no IFRR/CBVZO.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se da segunda versão deste protocolo de pesquisa que retorna a este CEP para sanar as pendências apontadas na versão anterior.

A pesquisa utilizará abordagens qualitativa e quantitativa, bem como análise de conteúdo. A pesquisa será realizada no CBVZO devido à sua localização em uma área de elevada vulnerabilidade social. Os participantes serão estudantes e professores do curso Técnico em Administração, bem como servidores técnico-

administrativos da Instituição de ensino. Propõe-se que 30% dos alunos com matrículas ativas sejam incluídos na amostra, a fim de assegurar uma representatividade adequada para a pesquisa. Serão utilizados questionários, entrevistas e diálogos para coletar dados sobre a percepção e eficácia das medidas de segurança. A análise dos dados visará identificar padrões e recomendações para melhorar a segurança escolar no IFRR/CBVZO. Medidas éticas serão rigorosamente seguidas, incluindo a obtenção de consentimento dos participantes e a avaliação dos riscos e benefícios do estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide o campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide o campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências apontadas na versão anterior, conforme parecer n. 6.936.717 emitido em 08 de julho de 2024.

PENDÊNCIA 01: Solicita-se que os riscos da pesquisa sejam expressos de forma clara no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e demais documentos (projeto básico e projeto detalhado), bem como a apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições que possam vir a causar algum dano ao participante de pesquisa (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 2º, Inciso XXV; Artigo 17, Inciso II).

RESPOSTA DO PESQUISADOR: Redação padronizada inserida no corpo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no projeto básico (pág.52) e no projeto detalhado.

ANÁLISE DO CEP: Pendência atendida.

CONCLUSÃO:

Este CEP manifesta-se pela aprovação deste protocolo de pesquisa, pois não foram mais observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2310765.pdf	09/07/2024 15:04:05		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_JP.pdf	09/07/2024 15:02:25	JOÃO PAULO SILVA DANTAS	Aceito
Outros	CARTA_DE_SOLUCOES_ATRIBUIDAS_AS_PENDENCIAS.pdf	09/07/2024 14:55:19	JOÃO PAULO SILVA DANTAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_JP.pdf	09/07/2024 14:53:56	JOÃO PAULO SILVA DANTAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Justificativa_de_ausencia.pdf	25/06/2024 23:11:59	JOÃO PAULO SILVA DANTAS	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_JP.pdf	21/06/2024 19:31:31	JOÃO PAULO SILVA DANTAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_JP.pdf	21/06/2024 19:30:14	JOÃO PAULO SILVA DANTAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BOA VISTA, 19 de agosto de 2024

Assinado por:

Raquel Voges Caldart (Coordenador(a))

Endereço: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413, UFRR, Campus Paricarana,
Bairro: Aeroporto **CEP:** 69 310-000
Município:
Telefone: (95)3621-3112 **Fax:** (95)3621-3112 **E-mail:**

Documento Digitalizado Público

Dissertação - João Paulo Silva Dantas

Assunto: Dissertação - João Paulo Silva Dantas
Assinado por: Hudson Oliveira
Tipo do Documento: Dissertação
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ Hudson do Vale de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 15/12/2025 23:08:14.

Este documento foi armazenado no SUAP em 15/12/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 254185

Código de Autenticação: 457c2321cc

